



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



**A AMAZÔNIA E RECURSOS ESTRATÉGICOS:
UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA E A COOPERAÇÃO REGIONAL
NA AMÉRICA DO SUL**

ALUNO: JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FERREIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. THOMAS FERDINAND HEYE

NITERÓI

2023

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FERREIRA

**A AMAZÔNIA E RECURSOS ESTRATÉGICOS:
UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA E A COOPERAÇÃO REGIONAL
NA AMÉRICA DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense em parceria com o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MBA em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye

NITERÓI

2023

**Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais
(Monografia)**

Título do Trabalho: A Amazônia e Recursos Estratégicos:
Uma análise Geopolítica e a Cooperação Regional na América de Sul

Aluno: José Carlos de Oliveira Ferreira

Avaliadores

Avaliador 01: Profa. Dra. Raquel Dos Santos Missagia (leitora)

Avaliador 02: Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye (orientador)

Notas dos Avaliadores	
Nota 1	
Nota 2	

Gratidão a Deus por tudo.

Agradeço também a minha amada família, pela compreensão nas minhas não poucas ausências no decorrer da elaboração deste trabalho.

À minha esposa, Fernanda, e aos meus filhos, Isabelle e Thiago, por todo apoio.

Sem sacrifício, não há vitória!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
- APEC - Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
- CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica
- CELAC - Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CPATU - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido
- DIP - Direito Internacional Público
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IIHA - Instituto Internacional da Hiléia Amazônica
- IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
- PIN - Programa de Integração Nacional
- RI - Relações Internacionais
- SI - Sistema Internacional
- SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
- TCA - Tratado de Cooperação Amazônica
- UNASUL - União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - A REGIÃO AMAZÔNICA.....	10
1.1 - Os Recursos Estratégicos	10
1.2 - A Amazônia e sua biodiversidade.....	12
1.3 - O ciclo da borracha	14
1.4 - Respostas às ameaças externas.....	16
1.5 - Integração da Amazônia com o território nacional.....	17
CAPÍTULO 2 - GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	21
2.1 - A Amazônia e suas fronteiras.....	21
2.2 - A questão hidrográfica	23
2.3 - As questões ambientais	26
2.4 - A importância do desenvolvimento sustentável.....	30
CAPÍTULO 3 - AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	35
3.1 - A cooperação pela perspectiva realista	37
3.2 - A cooperação pelas perspectivas neoliberal e construtivista	40
CAPÍTULO 4 - DESAFIOS À COOPERAÇÃO REGIONAL	45
4.1 - As Organizações Internacionais	45
4.2 - A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).....	48
4.3 - A União das Nações Sul Americanas (UNASUL).....	52
4.4 - A questão política da Cooperação América do Sul no Século XXI.....	52
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

RESUMO

Os interesses geopolíticos historicamente são um dos fatores que influenciam as relações internacionais e as condutas estratégicas entre os atores globais. Nessa direção, na região amazônica, países encontram dificuldades para a execução da adequada integração desta floresta aos seus territórios. Esse trabalho analisará a relevância dos recursos estratégicos que essa região é detentora e o aumento pela demanda de novas fontes de recursos pelos principais atores internacionais. Ademais serão investigadas as dificuldades e os desafios para a cooperação interestatal nessa relevante região do solo sul americano e as teorias de Relações Internacionais. Os desafios para a melhor inserção das nações sul americanas no mundo atual demandam melhorias em diversas esferas, tanto socioeconômicas e ambientais como de conhecimento e também de uma maior aproximação entre elas. Dentro desse processo importa considerar a problemática da Amazônia, com suas demandas e recursos.

Palavras-chave: Amazônia; Recursos Estratégicos; Relações Internacionais; Integração regional América do Sul.

ABSTRACT

Global geopolitical interests, historically, are one of the factors that influence international relations and strategic actions between countries. In this direction, in the Amazon region, countries find it difficult to adequately integrate this forest into their territories. The work will address the relevance of the strategic resources that this region holds, as well as the increased need for new sources of resources by the main international actors. Furthermore, the difficulties and challenges for regional cooperation in this important region of South American soil and the theories of International Relations will be addressed. The challenges for the better insertion of South American nations in today's world require improvements in all spheres, both socioeconomic and environmental as well as knowledge, and also a greater rapprochement between them. Within this process, it is important to consider the problems of the Amazon, with its demands and resources.

Keywords: Amazon; Strategic Resources; International relations; Regional integration South America.

INTRODUÇÃO

Não são poucos os fatores envolvidos acerca da Amazônia brasileira. A floresta abrange todos os estados da região Norte do Brasil, uma parcela dos estados do Tocantins e do Mato Grosso e a porção Oeste do Maranhão, numa área de aproximadamente cinco milhões de quilômetros, cerca de 60% do território do País. No Brasil, para efeitos de governo e economia, a Amazônia é delimitada por uma área chamada "Amazônia Legal", que foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, em 1953, através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão já extinto. Já a chamada a Amazônia internacional corresponde a uma área que abrange oito países: Brasil, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, além do Departamento Ultramarino - Guiana Francesa.

A Floresta Amazônica, com seu enorme potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é alvo do interesse global, sobretudo na realidade da escassez de recursos estratégicos. A bacia amazônica é a maior do mundo e possui uma grande população ribeirinha. Tal região possui uma malha rodoviária bem precária, no entanto com seus rios, córregos e demais tipos de mananciais, exercem grande protagonismo na mobilidade social.

Em virtude desse enorme potencial que a floresta amazônica detem, a região já foi alvo de diversas ações de forças externas que tentaram influenciar ou explorar de alguma forma essa região do território brasileiro, por exemplo, o ciclo da borracha. “A economia da borracha e o interesse mundial que a envolveu ainda é o acontecimento mais importante da história política, econômica e social da Amazônia, sobretudo se forem consideradas as repercussões geopolíticas que provocou” (RIBEIRO, 2005, p. 163).

Outro evento importante referente à geopolítica da região foi a tentativa da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Tal órgão era uma maneira de tentar tornar a biodiversidade e os conhecimentos da floresta amazônica à disposição de todos os países do mundo, isto é, a internacionalização da Amazônia. A criação desse instituto acabou sendo negada e como resposta o governo brasileiro criou o INPA (RIBEIRO, 2005).

Todos esses acontecimentos e alguns outros demonstram a atenção devida que o governo brasileiro deve ter em relação à geopolítica amazônica, pois a negligência nessa área torna-se uma ameaça à soberania nacional. Uma das formas de ser garantida a soberania na região amazônica seria por meio do fortalecimento da vertente de uma cooperação internacional, assim como um grande investimento em ciência e tecnologia, já que ao mesmo tempo em que garantiria a ocupação e presença do governo na região, também controlaria a

exploração desenfreada da floresta, o que reduziria as críticas de outros atores internacionais referente à maneira como o Brasil preserva a Amazônia. Ademais, o combate aos crimes ambientais que ocorrem na região também fortalece a geopolítica brasileira no que se refere à região amazônica.

Nessa direção, se verifica que a questão estratégica da região, isto é, a abundância e diversidade de recursos minerais, de recursos hídricos e da biodiversidade que a floresta possui, relacionando esse potencial com a demanda que as grandes potências do mundo têm referente a esses recursos. Ademais, analisa a importância geopolítica da região ao longo do presente século, abordando desde casos de biopirataria já ocorridos até as várias tentativas de interferência de grandes potências na região, como forma de aliviar o controle dessa pelo Brasil. A análise apresenta, por fim, os desafios para a cooperação internacional e como essa iniciativa pode contribuir para garantir soberania nacional na região, não só pela ocupação e interligação da região, mas também para demonstrar para o restante do mundo o aproveitamento, pelo Brasil, dos recursos naturais que a floresta pode oferecer.

O trabalho estará delimitado na região da floresta amazônica que integra o Brasil neste século com enfoque na oferta de recursos estratégicos da região e a demanda mundial por esses recursos, além do interesse internacional e possibilidades de integração regional. Dessa forma, foram realizadas pesquisas da literatura que abordam sobre as estratégias geopolíticas de incorporação regional na Amazônia, os recursos naturais e a biodiversidade, sobre a biopirataria e crimes ambientais na floresta e sobre a cooperação internacional na região amazônica. Nessa direção, esse trabalho consiste em uma pesquisa exploratória utilizando-se de levantamentos bibliográficos e análise de documentos oficiais, com o intuito de oferecer mais horizontes para a elaboração de políticas públicas que possam ajudar a enfrentar os imensos desafios que cercam a região. A metodologia e a técnica de coleta de dados utilizada será a dedutiva com pesquisa documental e bibliográfica.

A pesquisa, sem dúvidas, se justifica pela sua importância para o governo brasileiro e para a sociedade brasileira compreender os acontecimentos ocorridos na Amazônia e a ameaça que tais problemas ocorridos na região podem acarretar para o país.

Dessa maneira, no primeiro capítulo do trabalho, com base nas principais características da região amazônica, foi realizada uma síntese sobre sua ocupação, sobre os recursos estratégicos que a região amazônica possui, bem como sua biodiversidade. Será relatado o advento do ciclo da borracha na Amazônia, como esse extrativismo afetou na ocupação e na economia da região, bem como o declínio desse ciclo com a biopirataria que ocorreu, o que ocasionou duas grandes consequências para a região: a guerra do Acre e a

construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Dessa maneira, essa foi a primeira grande repercussão geopolítica que afetou a região. Posteriormente será abordado o projeto que se iniciou a partir do governo militar, que tinha a proposta de interligar a região com o restante do país com extensas estradas.

No capítulo segundo, será abordada a relevância estratégica da região na geopolítica atual, que é determinada por seu grande estoque de recursos estratégicos, os quais despertam interesses de atores e instituições internacionais e colocam a região como espaço vital do século XXI, quando serão apresentados os impactos ambientais que a floresta amazônica sofre ao longo deste século e as consequências desses impactos em longo prazo para a América do Sul e para as relações internacionais. Ainda nessa parte do trabalho será abordada também a importância que a preservação da Amazônia tem para a geopolítica brasileira, já que tal contexto também pode colocar em risco a soberania nacional na região.

No terceiro capítulo serão abordadas as teorias das Relações Internacionais e a cooperação interestatal pelas perspectivas realistas, neoliberal e construtivista, de forma a dar uma base teórica necessária ao entendimento das razões que levam ou não a cooperação entre os Estados.

O quarto e último capítulo desse trabalho, tratará dos principais organismos de integração regional, com o desafio na construção de uma identidade coletiva no que diz respeito à Amazônia, que de alguma maneira revitalizaria as fronteiras, para que se entenda e se aborde a floresta como uma única região da América do Sul, formada por um conjunto de países e como será cada vez mais essencial para o Brasil desenvolver uma exploração sustentável da região, tendo em vista que é importante a sua ocupação e exploração, mas ao mesmo tempo é importante a sua preservação.

CAPÍTULO 1 - A REGIÃO AMAZÔNICA

1.1 - Os Recursos Estratégicos

Neste capítulo serão abordadas as definições de recursos estratégicos e também serão apresentados os recursos naturais existentes na região amazônica para, dessa maneira, compreender a relevância estratégica e geopolítica dessa região para o Brasil, assim também como o interesse que outros atores internacionais podem ter sobre ela. Para tanto, serão analisados os principais acontecimentos que ocorreram em virtude desses recursos naturais como, por exemplo, o ciclo da borracha, a criação de órgãos pelo governo federal brasileiro e os planos de integração da região com o restante do País. Todos esses eventos que ocorreram na região amazônica tiveram influência direta ou indireta de algum tipo de ator externo, o que demonstra que os recursos dessa região estão intrinsecamente relacionados com a geopolítica brasileira.

Serão considerados os recursos naturais, que constituem o fator que norteia o estudo para a região amazônica. Tais recursos são materiais tirados da natureza e responsáveis por atender uma grande parcela das necessidades humanas, podendo ser renováveis, ou seja, podem ser reaproveitados e reutilizados; ou não renováveis, que são aqueles que podem levar milhares de anos para serem construídos novamente (Dulley, 2004). De acordo com Fonseca, os tipos de recursos naturais acabam apresentando diferenças muito grandes, principalmente pela quantidade de componentes encontrados na natureza, que podem ser recursos minerais, recursos biológicos, como fauna e flora, recursos ambientais, como ar, água e solo, bem como recursos auxiliares como radiação solar, ventos e correntes pelágicas (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, *apud* RODRIGUES).

Dessa forma, os recursos naturais adquirem uma conotação geopolítica somente quando se tornam objetos de exploração humana e, por isso, seu controle é valorizado pela grande quantidade em alguns locais e pela escassez em outros (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, *apud* RODRIGUES), o que faz todo sentido, pois se determinado recurso natural fosse abundante e totalmente disponível, ele não mais seria alvo de disputas e, portanto, não possuiria expressão geopolítica.

Ceceña divide os recursos minerais estratégicos em dois critérios, quais sejam o de essencialidade e o de vulnerabilidade. Conforme o critério da essencialidade, um recurso

mineral torna-se estratégico, quando se torna essencial no cotidiano da sociedade, que pode mudar de acordo com a demanda do recurso, ou seja, o número de processos produtivos que eles devem acontecer. Esse critério também pode variar conforme o grau de envolvimento do recurso no processo de acumulação capitalista. Quanto ao critério de vulnerabilidade, um recurso torna-se estratégico conforme sua disponibilidade no globo, que geralmente está associada a recursos não renováveis. Este critério é mais relevante de acordo com o tamanho e a localização geográfica de seus estoques no mundo (CECEÑA; PORRAS, 1995), bem como recursos minerais estratégicos classificados por esses dois critérios. A mesma categorização pode ser aplicada a outros recursos naturais estratégicos. Considerando que sua essência e vulnerabilidade acabaram por torná-los estratégicos, independentemente do tipo de recurso.

Tendo em vista as características que definem um recurso natural estratégico, pode-se concluir que a região amazônica é uma área de grande concentração desse tipo de recurso, a começar por sua bacia hidrográfica, que é a maior do mundo, com 20% de água disponível no globo (ROCHA, 2020). Considerando que já existem países com problemas de escassez de água, com o critério de vulnerabilidade é possível reconhecer este recurso natural como um recurso natural estratégico encontrado na região.

Alguns dos recursos minerais encontrados na região amazônica como recursos estratégicos também devem ser levados em consideração, sobretudo pelo critério de vulnerabilidade, destacando-se a região da serra dos Carajás, localizada no estado do Pará, que possui jazidas minerais de ferro, manganês, níquel, zinco, cobre, ouro, prata, bauxita, cromo, estanho, tungstênio e urânio, que constituem a maior reserva de minério de alto teor do mundo.

O nióbio, por sua vez, é outro mineral que também se destaca na região como recurso estratégico, pois é um recurso muito importante para a indústria de tecnologia e, embora exista em muitos outros países do mundo, é encontrado no Brasil com 98% das reservas conhecidas, na ordem de 842,46 milhões de toneladas, sendo 21% no estado do Amazonas e uma pequena parte no estado de Roraima (BRANCO, 2016 *apud* ROCHA). Entretanto a exploração da reserva que está localizada no Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira, requer tecnologia especial para que seja utilizada para fins econômicos (BRANCO, 2016 *apud* ROCHA).

1.2 - A Amazônia e sua biodiversidade

A biodiversidade, também conhecida como diversidade biológica, é a variedade de organismos vivos dentro de suas espécies, incluindo os ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte (Brasil, 2002). A biodiversidade é um conceito que ganhou força, principalmente após a ECO-92, quando foi subscrita a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que abrange não apenas ecossistemas e espécies, mas também recursos genéticos (Brasil, 2020). É importante ressaltar que esta convenção detém a regulação de todas as questões relacionadas à diversidade biológica e que outros acordos sobre o tema tenham sido assinados desde então. Além disso, a ECO-92 realizada no Brasil, foi um marco histórico não só para a definição de biodiversidade, mas também para a questão ambiental, na qual o Brasil passou a exercer uma maior participação nas relações internacionais (Agência Senado, 2017):

A Amazônia é considerada a região de maior biodiversidade do mundo concentrando 12% da biodiversidade do planeta (IPAM, 2020), conforme revela o acervo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA):

[...] embora relativamente pouco explorado, são as coleções científicas, que contêm amostras — assim como as informações a elas associadas — de representantes da biodiversidade amazônica. Parte significativa desse acervo está armazenada em treze coleções científicas, algumas existentes desde a criação do Instituto, outras formadas posteriormente ou recentemente. O herbário e xiloteca constituem-se em referencial importante para quaisquer estudos botânicos e florestais sobre a região; o herbário tem acima de 207.000 exsicatas catalogadas, enquanto a xiloteca conta com mais de 10.000 amostras de madeiras, tanto de espécies nativas, quanto de espécies exóticas. As coleções zoológicas dividem-se conforme os grandes grupos: a coleção de invertebrados possui cerca de 300.000 insetos alfinetados e, estima-se, mais de cinco milhões de exemplares em álcool e em lâminas; a coleção de peixes soma 15.000 lotes com mais de 40.000 exemplares registrados e uma estimativa de 200.000 a registrar; a coleção de mamíferos ultrapassa os 3.000 exemplares, entre espécies terrestres e aquáticas; a de aves tem cerca de 410 lotes com mais de 500 exemplares; e a de répteis e anfíbios soma acima de 2.200 exemplares de répteis e 8.000 de anfíbios. (Magalhães, 2010, p. 294)

Percebe-se, assim, que a biodiversidade da região amazônica ainda tem muito a explorar, não só pela complexidade do tema e pelas diversas frentes que abrange, mas também pelo vasto território que a selva amazônica ocupa. Essa biodiversidade geralmente está associada à riqueza que ela pode gerar para a economia regional e nacional, no entanto, como qualquer tipo de atividade econômica, para obter resultados, são necessários investimentos na cadeia produtiva do setor, que ainda é muito limitada. (Homma, 2002).

Os recursos minerais presentes na selva amazônica são outro ponto de grande importância que envolve a região e que leva a um enorme dilema: como explorar sem desmatar e sem causar impactos socioambientais. O estudo do solo amazônico não só validou o potencial de recursos minerais que esta região pode possuir, como também justificou seu potencial hídrico.

As rochas sedimentares, no geral, são mais vulneráveis a processos erosivos e têm menor potencial mineral que as rochas ígneas e metamórficas. No entanto, desenvolvem aquíferos porosos de grande potencial hidrogeológico, caracterizando-se como um indicador de disponibilidade hídrica subterrânea. [...] é também nas rochas sedimentares porosas que se concentram as reservas de combustíveis fósseis, como o petróleo e o gás natural. (IBGE, 2011, p. 168)

A concentração e predominância de rochas sedimentares acabam por justificar o potencial hídrico da região e a possibilidade de descobrimento de reservas de combustíveis fósseis, como as reservas de gás natural recentemente descobertas por levantamentos na região do município de Capinzal do Norte, estado do Maranhão na bacia de Parnaíba (IBGE, 2011) e o debate sobre liberação da exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

No caso das rochas ígneas, sua maior concentração encontra-se no estado do Pará, o que justifica o alto potencial de jazidas de minérios metálicos no estado, incluindo ouro, cassiterita e columbita-tantalita (IBGE, 2011). Outra característica da região amazônica é a grande diversidade de ambientes aquáticos que possui em sua bacia. Essa diversidade se deve principalmente ao tamanho dessa bacia e à forte relação que ela tem com os fatores ambientais presentes em seu entorno, o que faz com que existam nessa região diferentes tipos de água, com diferentes estruturas químicas e físicas (DA SILVA, 2013). Dessa forma, a bacia amazônica tem como principal rio o Amazonas, que tem sua nascente nos Andes e percorre 6.992 km até sua foz, recebendo água de cerca de 1.100 afluentes (KUHN et al., 2009 *apud* DA SILVA, 2013). Ademais, os diversos rios da região, sobretudo em conjunto com os rios Tapajós e Amazonas, formam o aquífero Alter do Chão, o maior recurso hídrico subterrâneo do mundo (IAA, 2021).

Também é importante ressaltar, não só a importância dos rios amazônicos como fonte de água potável, mas também a relevância que eles têm para o transporte e interiorização da região, visto que a hidrovia é a principal via de transporte da região com poucas estradas que ligam um estado a outro na região Norte do país. Dessa forma, a bacia Amazônica corresponde à aproximadamente 59% da rede hidrográfica brasileira com extensão de 18.300 km (Morgado, 2013).

Outra capacidade que a região possui em seus recursos hídricos é o seu elevado potencial de geração de energia hidrelétrica, a qual representa 41% da capacidade da América do Sul, no entanto apenas 23% são efetivamente utilizados (ALTOMONTE, 2013, *apud* RODRIGUES).

1.3 - O ciclo da borracha

Esta seção discute o primeiro ciclo da borracha, de 1880 a 1920, e o segundo ciclo de 1942 a 1945 e as consequências econômicas, sociais e territoriais que esses ciclos geraram na região.

Com o advento da indústria automotiva e o uso crescente de pneus, aumenta a demanda por áreas produtoras de látex (CALIXTO, 2003 *apud* PONTES), o que acaba resultando na exploração dos seringais amazônicos, que emergem paralelamente a esta inovação tecnológica. O seringal foi descoberto após várias missões de reconhecimento no Amazonas e no Acre. Após algumas dessas expedições, grandes quantidades de seringueiras foram achadas na região do Acre. A essas importantes missões de reconhecimento na região, soma-se a migração em massa dos nordestinos para a região em busca de uma nova oportunidade econômica, que acabaram sendo responsáveis, não só pela principal mão de obra nos seringais no Acre, mas também pela ocupação de muitos lugares, principalmente devido à formação da população acreana (PONTES, 2014). Essa onda migratória, que vinha do Nordeste para o Norte do Brasil, teve por seus motivos, por exemplo, a grande seca ocorrida em alguns estados nordestinos em 1877, o preconceito, que acompanhou a chegada dos nordestinos a outras regiões do país, onde começaram a executar o trabalho outrora realizado pelos escravos e, por fim, a intensa propaganda no Nordeste como promessa de veloz enriquecimento com o empreendimento de longa data (COSTA, 1940 *apud* PONTES).

A mão-de-obra nativa acabou não sendo escolhida pelos seringueiros, sobretudo por causa da grande quantidade de mão-de-obra disponível vinda do Nordeste e em virtude de alguns costumes indígenas que não atendiam aos interesses dos seringueiros. Todavia o conhecimento dos índios a respeito da floresta amazônica foi fundamental para a exploração da borracha, pois foram os indígenas acreanos que ensinaram as técnicas necessárias ao funcionamento do negócio da borracha na região (PONTES, 2014).

Na última década do século XIX, Belém e Manaus ascenderam e conquistaram o status de metrópole em meio à vasta floresta amazônica, tornando-se os principais centros de

negócios e comércio (PONTES, 2014). Entretanto, no final da primeira década do século 20, o crescimento econômico na região começou a decair e essa situação se deveu, em grande parte, ao colapso do monopólio da borracha ocorrido em 1913, ano em que a produção do Oriente ultrapassou a brasileira. Esse fato ocorreu após 70.000 sementes de “hevea brasiliensis” terem sido roubadas pelo britânico Henry Alexander Wickham e armazenadas por uma instituição inglesa de botânica, a “British Botanical Research Institute”, o que deu início da exploração da borracha plantada na Malásia. A exploração brasileira de madeira teve sua primeira rodada de declínio após esse roubo, que deflagrou um dos primeiros casos de biopirataria ocorridos na região amazônica, e como consequência dessa questão, a estagnação da economia na região. Essa decadência econômica acabou acontecendo, em virtude dos grandes barões da borracha se voltarem exclusivamente para essa atividade extrativista.

[...] o duro golpe foi sentido pelos seringalistas e consequentemente pelo governo brasileiro em 1913, quando o Oriente produziu cerca de 48 mil toneladas de borracha, contra 44 mil da produção brasileira. Assim, o ano de 1913 marca o fim do monopólio da produção gumífera brasileira. Mas o Brasil continuou produzindo borracha, embora em menor escala. Para se ter uma ideia do declínio da produção de borracha no Brasil, observemos que em 1921 os seringais do Oriente produziam 1,5 milhão de toneladas de borracha, contra apenas 20 mil toneladas da Amazônia. (SANTOS, 1980 *apud* PONTES, p. 15)

Um segundo ciclo da borracha surgiu durante a Segunda grande Guerra para sustentar às demandas desse conflito. Diante da possibilidade de esgotamento dos estoques de borracha e por esse material ser considerado o “nervo da guerra” naquela época, o governo dos Estados Unidos fez um acordo com o governo brasileiro para atender a demanda de borracha para a guerra, principalmente após a queda dos seringais britânicos, que ficaram sob controle das potências do Eixo. Os trabalhadores empregados como mão de obra para essa nova demanda de borracha foram novamente os nordestinos e eram chamados de “soldados da borracha” (PONTES, 2015). Entretanto, segundo Medeiros, essa exploração da borracha no Brasil, durante a segunda grande guerra, acabou sendo uma estratégia dos Estados Unidos para neutralizar a ação da Alemanha e da Itália no Atlântico Sul, somando-se à política norte-americana de fortalecimento das atividades político-militares e empresariais em território sul-americano (MEDEIROS, 2012).

No Acre, foi onde praticamente todos os eventos ocorreram, durante o primeiro e segundo ciclos da borracha, principalmente nos rios que formam os rios Purus e Juruá, porém, na época em que se formou essa grande massa de migrantes nordestinos nesta região, o Acre ainda pertencia à Bolívia, o que já era definido no Tratado de Ayacucho, em meados do século XIX. Foi nessa realidade que emergiram diversos problemas diplomáticos entre o governo boliviano, o governo brasileiro e os povos da região que culminaram na expulsão dos

bolivianos do território disputado, mesmo sem o apoio do Brasil, resultando no advento da proclamação da República acreana. Em contrapartida a essa ação, o governo brasileiro restabeleceu a região, com a legalização do sindicato boliviano. No entanto, o Brasil recuou, quando esse instituto tentou realizar o arrendamento das terras em questão para outros países, como, por exemplo, a Inglaterra e os Estados Unidos. Nessa direção, em virtude do problema geopolítico da região, o tratado de Petrópolis foi assinado e um total de 181.000 km² foi anexado ao Brasil (RIBEIRO, 2005). Em contrapartida, o governo brasileiro ofereceu os seguintes subtítulos compensatórios ao governo da Bolívia:

[...] 2.296 km² de sua área decorrente de ajustamento na linha divisória definida anteriormente; o compromisso de construir uma estrada de ferro paralela ao trecho encachoeirado dos rios Madeira e Mamoré; [...] era a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; e pagamento de dois (dois) milhões de libras esterlinas à Bolívia. (RIBEIRO, 2005, p. 145)

Dessa maneira, esse foi um dos primeiros cenários geopolíticos, na região amazônica, que quase se tornou uma grande ameaça para a soberania nacional, em virtude do tratado de Petrópolis ter sido assinado um ano antes do presidente americano, Theodore Roosevelt, anunciar “a política do *Big Stick* (a grande vara), por meio da qual os Estados Unidos se reservavam o direito de intervir nos assuntos dos países latino-americanos, para proteger interesses privados de seus cidadãos” (RIBEIRO, 2005)

1.4 - Respostas às ameaças externas

Nessa parte serão analisados os órgãos criados na região amazônica em contrapartida a algum tipo de ameaça externa, a começar pela tentativa de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), que resultou na criação do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA). A ideia original de criar um instituto internacional seria com a finalidade de ter uma organização que movimentasse pesquisadores de todo o globo para estudar a Amazônia e disseminar o conhecimento adquirido em todo o mundo, impedindo, portanto, jornadas isoladas, o que aumentaria a concentração e centralizaria os resultados dos estudos (RIBEIRO, 2005). A princípio, a criação do IIHA pareceu um avanço científico para o mundo e para o Brasil, entretanto, durante as etapas de sua criação, o governo brasileiro percebeu que o referido instituto poderia se tornar uma futura ameaça à soberania do Brasil, uma vez que sua criação poderia acarretar, a médio e longo prazo, a internacionalizar a Amazônia. Nessa direção, o governo brasileiro, para cumprir a mesma tarefa do IIHA, criou o INPA que, embora mantendo o instituto sob seu controle, também deu uma importante resposta geopolítica à substituição do Instituto Internacional da Hiléia (RIBEIRO, 2005).

Dessa forma, criado em 1952, o INPA “acumulou um grande e valioso acervo de dados e informações sobre a região amazônica, área considerada de maior biodiversidade do planeta” (MAGALHÃES, 2010).

Na década de 1960, em outra tentativa de internacionalizar da Amazônia, emergiram dois projetos - o projeto Centro do Trópico Úmido e o projeto Grande Lago Amazônico. O primeiro projeto foi criado na Academia de Ciências de Washington e originalmente visava promover pesquisas para aumentar o conhecimento sobre o Trópico Úmido, no intuito de reiniciar o antigo trabalho do Instituto Internacional da Hiléia. Ademais o projeto visava o desenvolvimento científico e humanitário por meio do estudo da produção de alimentos em larga escala, porém o projeto excluía a participação do Brasil, o que ameaçava de forma direta a soberania nacional e questionava os verdadeiros objetivos do projeto. Conseqüentemente, o governo brasileiro não autorizou a criação do projeto e, em resposta a essa tentativa de intervenção externa, o governo criou o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU), associado à EMBRAPA, com sede em Belém, que se tornou o instituto de referência para pesquisas sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia (RIBEIRO, 2005).

Todos esses casos ocorridos só reforçam e demonstram como a região amazônica sempre foi alvo de interesses de atores internacionais e como são relevantes e necessárias a busca de ações de cooperação interestatal para fortalecer a manutenção da soberania brasileira nessa região tão cobiçada desde império.

1.5 - Integração da Amazônia com o território nacional

A realidade do controle do território amazônico, bem como sua delimitação, sempre foi uma enorme dificuldade para o Brasil, não só pela extensão e complexidade da floresta amazônica, mas também por estar dividida com sete países diferentes. Esse problema está presente desde os tempos coloniais, quando os lusos se propuseram a proteger o território, que já ocupavam, e desencorajar qualquer tentativa de contestar sua ocupação por estrangeiros e pela população indígena da região (RIBEIRO, 2005). Somente depois da independência do Brasil, começaram a resolver as situações referentes às fronteiras junto a Amazônia.

A questão da ocupação de uma região tão inóspita, relacionada com a dificuldade de integrá-la ao resto do país, foi outro problema na década de 1930, no governo Vargas, que colocou a Amazônia numa estratégia política de Estado. Dessa forma, teve início a Marcha para o Oeste, que se tornou um plano de integração e ocupação da Amazônia com base nas diretrizes do plano do Deslocamento de Reconstrução Nacional. Ademais, durante o governo

Vargas foi assinado um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para mobilização do país na produção de borracha, em virtude das demandas da segunda grande guerra, forçando o governo brasileiro a programar políticas de orientação dos assalariados, conhecidos como soldados da borracha para a extração de borracha na região amazônica (MEDEIROS, 2012).

A integração e ocupação da região norte do país, na década de 1950, continuava sendo um objetivo do governo federal, cuja principal inquietação era a ocupação de áreas pouco povoadas, que estava diretamente ligada Lei de Segurança Nacional, entretanto foi a primeira vez que essa questão foi legitimada por meio de ações mais concretas, em 1953, pelo presidente Getúlio Vargas, criando a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia (MEDEIROS, 2012).

Além disso, na mesma época, o país tem a sua capital transferida para a região Centro-Oeste, o que também resultou na contribuição para a integração da região Norte com o restante do país principalmente, sobretudo em virtude da construção da rodovia Belém-Brasília (MEDEIROS, 2012), que bastante colaborou para o fluxo migratório do Nordeste para a Amazônia (IANNI, 1979; FURNIEL, 1993 *apud* MEDEIROS).

Com o início do governo militar de 1964, aumenta a preocupação com as questões fronteiriças e com a integração da Amazônia brasileira, especialmente pela presença de pensadores geopolíticos amazônicos na estrutura governamental, como Golbery de Couto e Silva. Dessa maneira, é idealizado por Golbery um projeto para o aumento do controle da Amazônia, que ocorreria em três fases, tendo-se em sua primeira etapa a ocupação de acessos estratégicos na fronteira amazônica, o que exigiria a construção de novas rodovias e ferrovias e a melhoria de portos fluviais na Amazônia. A segunda etapa consistiria no estabelecimento de pontos avançados dentro da Amazônia para ocupação da população na terceira fase (COUTO e SILVA, 1981 *apud* MEDEIROS). Nesse contexto, o Rio Amazonas foi considerado como o ponto essencial dessa expansão para a execução desse projeto, dado o avanço de leste a oeste, e no avanço de sul a norte, a infraestrutura construída no Centro-Oeste, devido à construção de Brasília, seria o ponto de partida desse avanço (COUTO e SILVA, 1981 *apud* MEDEIROS).

Dessa forma, em 1970, foi adotado o Programa de Integração Nacional (PIN), cuja primeira fase já havia planejado a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como do porto e dos cais fluviais. O programa também estabelecia a organização de comunidades urbanas e rurais com a prestação de serviços básicos,

delimitando também uma extensão de terras de dez quilômetros às margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, promovendo a colonização desses territórios (ABREU, 2021).

Assim, ao longo da rodovia Transamazônica, vários assentamentos foram implantados para elevar a ocupação pela extensão dessa rodovia. Dessa maneira, percebeu-se que, na década de 1980, um dos maiores assentamentos do Brasil ocorreu na Transamazônica, no Amazonas. “O assentamento no litoral do Rio Juma tem capacidade para abrigar 7.500 famílias em uma área de 689 mil hectares” (MUGGIATI, 1997 *apud* NETO). Alguns municípios surgiram desses assentamentos ao longo das regiões norte do país como o município de Apuí (NETO, 2015).

Os assentamentos existentes ao longo da Transamazônica, incluindo o projeto Rio Juma, estão dentro da faixa de 100 km, destinada, na década de 70, para implantação, principalmente, de projetos minerais e de assentamentos. Depois de quatro décadas, essas porções territoriais, ao longo desta rodovia, passaram a compor mosaicos, alguns constituídos pelas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, porém algumas destas frações territoriais continuam na jurisdição do INCRA ou do Governo Federal. (NETO, 2015, p. 302).

Outra rodovia planejada pelo PNI e de grande importância para o Norte do país é a BR-163, que interliga o porto de Santarém (PA) a Cuiabá (MT). Embora a construção tenha começado em 1973, grande parte de seu trecho ainda hoje está incompleto, o que resulta no direcionamento do escoamento da produção de soja do Centro-Oeste somente para o porto de Santos, sabendo que o escoamento que passa pelo porto de Santarém ainda passa por trechos onde o tráfego de caminhões é bastante restrito. Em suma, as rodovias foram um fracasso.

Dessa maneira, a integração da Amazônia com o território nacional é uma questão intrincada e fundamental do ponto de vista do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental da região. A Amazônia é uma vasta região rica em recursos naturais, mas também abriga ecossistemas frágeis que desempenham um papel crucial na estabilidade climática global. Portanto, qualquer abordagem de integração deve ter em conta a preservação do ambiente, os direitos das populações locais e a procura de um desenvolvimento econômico sustentável.

Cabe ressaltar, então, que a integração da Amazônia com o território nacional deve ser feita de forma criteriosa, levando em consideração os efeitos de longo prazo, e deve ser dada prioridade à preservação do patrimônio natural e cultural da região. O equilíbrio entre o

desenvolvimento econômico e a preservação ambiental é essencial para garantir um futuro sustentável para a Amazônia e para o Brasil como um todo.

Integrar a Amazônia ao território nacional, portanto, é um desafio que exige uma abordagem holística e colaborativa, envolvendo governos, organizações da sociedade civil, comunidades locais e a comunidade internacional.

CAPÍTULO 2 - GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Com 60% de sua área florestal em território brasileiro, a selva amazônica abrange também sete países, e tal região representa uma extensão de aproximadamente 3.540.000 km², além de uma área hidrográfica de quase sete milhões de km², que se estende por seis países, sendo que mais de 70% está localizada no Brasil. Essa parte do estudo será delimitada apenas na região da selva amazônica que integra o Brasil no século XXI, dando ênfase à oferta de recursos estratégicos e a demanda mundial por esses recursos, com maior interesse internacional.

Becker aponta que a geopolítica é uma área que conecta poder e espaço geográfico. Por esse motivo, a coroa portuguesa, embora faltasse de recursos econômicos e populacionais para povoar a Amazônia, buscava manter essa região e aumentá-la para além das linhas de Tordesilhas, porque os portugueses, nessa ocasião, davam mais importância à geopolítica do que à economia (BECKER, 2005). Nesse sentido, percebe-se que a geopolítica da Amazônia está bem relacionada ao seu espaço geográfico, seja em termos de suas fronteiras, de sua bacia hidrográfica, ou mesmo de realidades ambientais na região.

A parcela da floresta amazônica localizada no território brasileiro é hoje chamada de Amazônia Legal e compreende aproximadamente 60% do território nacional. Este termo foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento da região e abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Goiás (IBGE, 2011).

2.1 - A Amazônia e suas fronteiras

A questão da fronteira amazônica sempre foi um dilema, desde os tempos coloniais. Por primeiro, entre os reinos espanhol e português e, depois, entre os países que se tornaram independentes. A situação geográfica em torno da floresta amazônica acabou impactando no tamanho com que cada nação acabou ocupando a floresta, sobretudo no que diz respeito à questão dos Andes, que, a princípio, acabou sendo uma barreira para o reino espanhol interiorizar em sua ocupação em direção ao leste (RIBEIRO, 2005).

É nesse sentido que Travassos mostra a visão da relação da geografia na América do Sul com os contornos políticos de seus países, mostrando os antagonismos que se desenvolveram a esse respeito, sendo um deles a questão da Cordilheira dos Andes, que

separa o continente em duas massas, ou seja, a massa voltada para o oceano Atlântico e a voltada para o oceano Pacífico, sendo a massa que engloba a Amazônia a mais privilegiada por abranger uma área muito maior e voltada para os grandes centros do mundo (DE BARROS, 2021).

Dessa maneira, ficaram muitas situações não resolvidas sobre a fronteira amazônica, que só foram conciliadas na época da independência do Brasil. A questão das províncias do Grão-Pará e do Rio Negro, que não faziam parte da colônia portuguesa, mas ainda tinham grande influência de Portugal, após a independência, foi o primeiro problema geopolítico do Brasil. Então, somente em 1823 essas províncias reconheceram o ato de independência e se consideraram parte do novo império (RIBEIRO, 2005). Além desse problema, existiam outras situações relacionadas aos ajustes de escopo da Amazônia:

Ficaram ou surgiram, porém, algumas pendências que somente puderam ser resolvidas pelo governo do Brasil independente: uma, com a França, a mais problemática delas, quanto ao domínio da Guiana brasileira, a área do hoje Estado de Amapá; outra, com a Inglaterra, sobre os verdadeiros limites do Brasil com as possessões inglesas, nas áreas limítrofes entre a que mais tarde seria conhecida, como a Guiana inglesa, que hoje forma a República da Guiana; [...] do lado do Brasil, a que seria mais tarde o Território do Rio Branco, hoje Estado de Roraima; finalmente, nas últimas décadas do século XIX e logo no início do século XX, o problema dos limites com a Bolívia, que ficou conhecido como a Questão do Acre e compreende hoje o Estado do mesmo nome. (RIBEIRO, 2005, P.135)

A definição da questão fronteiriça amazônica foi ditada, sobretudo pelo Barão do Rio Branco, que, com sua educação e experiência diplomática, soube resolver todas as questões acima levantadas de forma favorável ao Brasil, como um homem à frente de seu tempo como ele se destacava. Dessa forma, um dos primeiros desafios que o Barão encontrou foi à problemática entre a Colômbia, o Equador e o Peru com relação à definição das zonas conflituosas que faziam parte dos três países.

Outra questão relacionada à fronteira amazônica é relacionada com o Brasil e a Guiana Francesa, que vinha se expandindo desde o século XVII, quando a França imperialista já tinha a ambição de estabelecer uma França equinocial nos trópicos. Nessa direção, após diversas tentativas dos franceses em ocupar até mesmo a foz do rio Amazonas, esses ataques falharam até chegar à disputa envolvendo o rio Oiapoque, na época em que o Brasil já havia se tornado independente. A área contestada passou a ter uma grande disputa entre os dois países, após as descobertas de ouro na região do rio Calçoene, no final do século XIX. Eventualmente, os dois países levaram a questão controvertida a uma arbitragem internacional, na qual o Barão do Rio Branco voltou a tomar conta da situação e trouxe a vantagem para o governo brasileiro, sendo definida, em 1900, pelo presidente da

Confederação Suíça, que a área em questão, atual estado do Amapá, deveria pertencer ao Brasil (RIBEIRO, 2005).

O atual estado de Roraima também fazia parte do território brasileiro, que tinha problemas diplomáticos para definir a fronteira, incluindo a Guiana. Um dos principais motivos para se questionar sobre os limites dessa região está relacionado a questão de sua geologia, já que do ponto de vista da formação rochosa do vale do Rio Branco, essa região pertence à Guiana, porém, sob a ótica de onde este rio corre, ele se estende para o sul em direção ao Rio Negro e Amazonas (DA FONSECA, 2015). Outro motivo que levou a esse problema foi o crescente interesse dos ingleses pelos trópicos úmidos, principalmente pela demanda de novas matérias-primas que esse reinado necessitava.

Dessa forma, a disputa fronteiriça perdurou, já em pleno período republicano, até que, em 28 de dezembro de 1898, o Brasil aceitou a proposta do governo britânico de que a questão fosse submetida à arbitragem de um governo amigo. O rei Victor Emmanuel III foi o árbitro eleito pela Itália. Nomeou o grande estadista Joaquim Nabuco como diplomata plenipotenciário do Brasil em defesa de seus interesses, que contou com fortes subsídios históricos e geográficos que comprovavam o direito do Brasil à região do estrepitante Rapunun, aparentemente já ocupada pelos brasileiros consequentemente, o princípio do *uti possidetis soli* assegurou os direitos do Brasil. (RIBEIRO, 2005, p. 148)

Os dois países reivindicavam áreas diferentes, que compreendiam uma área de 30.000 km², sendo que ao final das reivindicações, a França ficou com cerca de 20.000 km² das áreas disputadas, atingindo seu principal objetivo inicial, que seria o acesso à Amazônia pelos rios Branco, Negro e Amazonas. Com seu poder geopolítico, a Inglaterra ganhou maior vantagem sobre o Brasil no debate nessa área (RIBEIRO, 2005).

Por fim, há a questão do Acre discutida anteriormente nesse estudo, quando discutimos o ciclo da borracha e a vantagem do Brasil sobre a disputada área envolvendo a Bolívia. Dessa forma, observou-se que a definição da fronteira brasileira, que envolve a selva amazônica, ocorreu desde os primeiros conflitos geopolíticos que o Brasil teve de enfrentar após sua independência.

2.2 - A questão hidrográfica

A ocupação sul-americana teve duas vias principais de penetração, ou seja, pelo Rio da Prata e pelo Rio Amazonas e, segundo Costa, a posse da foz desses rios oferecia maior controle por parte de seus colonizadores além do estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, como, por exemplo, os espanhóis na vertente platina e os portugueses com a Bacia

Amazônica (COSTA, 2010). O domínio dos rios que ligam uma determinada região pode ser predominante para a geopolítica dos países que os possuem, e, historicamente, esse problema é observado, sobretudo na América do Sul, onde as redes hidrográficas têm sido responsáveis, não só pela interiorização, como também pela definição de fronteiras nacionais.

Dessa maneira, Travassos mostra aquele outro antagonismo que marca uma forte relação entre a vertente geográfica e a vertente política na América do Sul, que é a Bacia Amazônica e a Bacia Hidrográfica Platina, separadas pela região Centro-Oeste brasileira. Para De Barros, esse antagonismo é caracterizado, sobretudo pelo tamanho das duas bacias, o que as torna concorrentes (DE BARROS, 2021), porém, para Jaeger, essas bacias podem significar um grande avanço geopolítico para o Brasil e para a América do Sul, especialmente se elas estão interligadas, o que permitiria a ligação da cidade de Buenos Aires, na Argentina, com o norte do Brasil (JAEGER, 2015). Outra contrariedade dessas duas bacias é o sentido do fluxo de seus rios, pois enquanto a Bacia Amazônica se estende de Oeste a Leste, a Bacia Platina, se estende de Norte a Sul, o que, da mesma forma, pode se apresentar como uma questão de repulsão entre as duas bacias, pode também traduzir uma complementaridade entre as duas.

Darc Costa, dentro dessa perspectiva, desenvolveu pesquisas que abordam de forma completa os grandes projetos que ligassem a Bacia Amazônica, a Bacia Platina e a Bacia do Orinoco, o que possibilitaria a navegação e a ligação desde a foz do Rio da Prata até o mar caribenho. Para tanto, tal trecho teria de passar por duas grandes obras de engenharia hidráulicas, uma ligando o rio Orinoco ao rio Negro, e outra ligando a bacia Amazônica à bacia da Prata. O primeiro projeto teria duas grandes barreiras, isto é, a primeira seria um trecho de cachoeira de 60 km no rio Orinoco, o que exigiria a construção de várias barragens com eclusas. Outro problema seria a construção de um canal ligando o rio Orinoco ao rio Amazonas. No segundo projeto, a obra principal deveria ser a construção de um canal de cerca de 30 km, que conectar os rios Guaporé e Paraguai (COSTA, 1999).

Nessa situação que nasce a ideia segundo a qual a Bolívia seria para a América do Sul o que “Heartland” seria para a Eurásia, de acordo com a teoria de Mackinder, pois somente a Bolívia possuiria posições geográficas para ter acesso tanto ao oceano Pacífico, quanto ao Atlântico e, simultaneamente, é nela que as Bacias dos rios Amazonas e do Prata se encontram (TRAVASSOS, 1947 *apud* SALGADO RODRIGUES).

Essa situação estratégica da Bolívia explica a grande instabilidade que o país sempre teve ao longo de sua história, tanto em questões de fronteira com os países vizinhos, quanto em questões políticas. No contexto da Amazônia brasileira, quase metade da fronteira boliviana está em contato com o Brasil, portanto a parte ocidental da Amazônia é

extremamente importante no contexto da América do Sul, pois forma o ápice do provável “Heartland” sul-americano.

Travassos também aponta que a rede hidrográfica amazônica pode ser mais bem aproveitada, quando combinada com outros tipos de infraestrutura de transporte, principalmente os modais rodoviário e ferroviário (TRAVASSOS, 1935). Essa integração é muito importante tanto para o desenvolvimento da região amazônica, quanto para a geopolítica brasileira na América do Sul, haja vista que a bacia amazônica possui um grande número de ramificações que acabam por estendê-la a cinco países fronteiriços. Ainda conforme o referido autor, essa capilaridade da rede hidrográfica amazônica traz vantagens e desvantagens para o Brasil, pois, por um lado, confere ao país a possibilidade de se assumir o protagonismo no cenário geopolítico sul-americano, mas, por outro, acaba se tornando alvo de grandes atores internacionais com certo interesse pelo continente como a política imperialista estadunidense, que buscava dominar o continente na primeira metade do século XX (TRAVASSOS, 1935).

Quando a geopolítica está vinculada às bacias hidrográficas, aparece o conceito de Hidropolítica, que começou a surgir quando, em algumas regiões do mundo a escassez de água tornou-se motivo de disputas pelo controle de bacias hidrográficas divididas entre diversos países. Sabe-se que o Brasil possui em seu território os dois maiores aquíferos do planeta, o Guarani e Alter do Chão, e por esse motivo está longe de passar por problemas de escassez hídrica. Entretanto essa questão torna-se uma preocupação quando se olha para os problemas de água no resto do mundo. Dessa maneira, para Queiroz, há hidropolítica quando ocorre o uso compartilhado de um complexo hidrográfico e esse potencial pode influir as relações entre os atores que utilizam esse complexo (QUEIROZ, 2011). Então, embora a hidropolítica não aconteça de forma amigável no contexto da Amazônia, pelo fato de sua bacia hidrográfica ser compartilhada por seis países, esse recurso natural acaba sendo um fator relevante na geopolítica brasileira. Com essa percepção, é muito importante a criação de uma legislação comum a todos os países que compõem a bacia amazônica, algo que ainda não aconteceu. Pode-se deduzir que o Brasil foi o primeiro país a buscar a elaboração de uma legislação específica para a questão hídrica na Amazônia e acabou servindo de modelo para a legislação hídrica no Peru e na Venezuela. Todavia em outros países que formam essa bacia hidrográfica, tal legislação ainda é incipiente ou nem existe (DOURADO JÚNIOR, 2011).

Em um cenário global, o Brasil é o quinto país com mais água doce disponível e essa abundância de água acabou resultando em uma cultura do desperdício e na desatenção das autoridades do país em termos de investimentos relacionados à conservação da água. No

entanto, mesmo com toda descarga fluvial no país, o Brasil possui regiões com dificuldades por falta d'água, situação que ocorre por conta das três principais bacias hidrográficas que abastecem o país terem suas capacidades inversamente proporcionais à demanda populacional que elas atendem. Por exemplo, a bacia amazônica possui 78% da capacidade hídrica nacional, mas é a região com a menor densidade demográfica do país. Já a bacia do Paraná, que possui apenas 6% da capacidade hídrica, atende uma região cuja densidade demográfica chega a ser vinte vezes maior. Outro grande problema que envolve a questão hídrica mesmo em regiões em que se tem uma abundância do recurso, como na Amazônia, é a escassez de água apropriada para o consumo (PROJETO MEGAM, 2004 *apud* DOURADO JÚNIOR), isto é, de nada adianta ter abundância em água bruta se não há um órgão responsável capaz de deixar a água disponível para a população.

2.3 - As questões ambientais

Na segunda metade do século XX, começou a aparecer uma preocupação mundial com o meio ambiente, e em 1972 essa preocupação se concretizou com a Conferência de Estocolmo, que, embora quase sem resultados concretos, foi um marco do início de uma agenda ambiental conduzida pelas Nações Unidas. Após essa conferência houve mais preocupação com o uso dos recursos naturais e daí surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, pois até então havia uma percepção de que o desenvolvimento econômico seria linear em relação à exploração dos recursos naturais, ou seja, o desenvolvimento de um o poder só seria possível por esse caminho. Podemos dizer que um dos raros efeitos concretos dessa conferência ocorreu alguns anos depois, em 1987, quando a ONU lançou o relatório Brundtland, que definiria os princípios do conceito de desenvolvimento sustentável, baseado principalmente na relação entre homem e natureza e em compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. Este relatório foi o ponto de partida para a conferência que acontecer logo depois, a ECO-92, cujo principal objetivo era disseminar o desenvolvimento sustentável no mundo. Ademais o relatório de Brundtland tornou-se um instrumento norteador para as legislações de diversos países que passaram a contar com previsão ambiental em sua constituição (DOURADO JÚNIOR, 2011).

Dessa forma, esta seção abordará os principais problemas ambientais que surgiram na Amazônia no século XXI, levando em consideração que no final do século XX a atenção mundial voltou-se para a questão ambiental, que vem se tornando uma preocupação

geopolítica e de soberania nacional. Também abordará como tais problemas podem ter consequências climáticas irreversíveis no continente sul-americano e até mesmo no planeta.

Em primeiro lugar, será abordado um problema ambiental que ocorre em grande parte da floresta amazônica, o desmatamento, que ocorre por diversos motivos, seja pela derrubada de árvores, pelo avanço da agricultura ou pelo aumento da atividade humana na região. Entretanto existem muitas diferenças entre os órgãos que realizam o sensoriamento remoto dos locais de desmatamento, sendo o INPE, IBAMA e FEMA-MT os principais órgãos que atuam na região (MARGULIS, 2003).

O problema do desmatamento na Amazônia mostra-se bastante complexo, sobretudo pela necessidade de encontrar um equilíbrio entre o uso sustentável e o impacto ambiental desse uso. Esse problema é agravado quando se quer enfatizar a sustentabilidade da produção e se ignora a grandeza dos impactos ambientais que essa produção descontrolada pode causar. Dessa forma, deve-se atentar até mesmo para aquelas áreas da Amazônia onde há manejo sustentável da exploração madeireira, pois embora haja previsão normativa para esse tipo de produção, em alguns casos essa norma acaba sendo burlada (FEARNSIDE, 2010), como no exemplo abaixo:

Um exemplo é a Fazenda Bonal, no Acre, localizada a 74 km a Leste de Rio Branco. Esta propriedade, que inclui uma plantação abandonada de seringueira, que hoje se encontra dividida em parcelas de pequenos agricultores, tem uma área de 12.000 ha de floresta onde um plano de manejo florestal foi aprovado e a colheita iniciada em 2001. O ciclo de 30 anos necessário já não requer dividir a área em 30 parcelas (talhões), tal que uma parcela pode ser colhida em cada ano. Em vez disso, a área foi dividida em apenas seis parcelas de 2000 ha, para serem colhidas durante os primeiros seis anos, e a intenção era deixar as parcelas para recuperação durante o restante do ciclo. Na prática, no entanto, em 2005 (um ano antes que a última das seis parcelas deveria ser colhida) a propriedade foi vendida para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com uma cláusula no contrato que permitiu o proprietário anterior colher a última parcela da área de manejo em 2006. Em 2006, o INCRA passou a propriedade para uma cooperativa de pequenos agricultores. (FEARNSIDE, 2010, p. 3)

Observa-se também que o retorno financeiro da exploração madeireira, seguindo as regras da exploração de Impacto Reduzido (RIL) será muito pequeno, levando ao cenário que existe atualmente na região amazônica, onde a maior parte da exploração madeireira é ilegal (FEARNSIDE, 2010). Percebe-se que essa exploração ilegal da madeira cria grandes impactos indiretos, haja vista que se torna uma brecha para o desmatamento total de algumas regiões da floresta. Dessa forma, após a derrubada das árvores de uma área ocorre a ação de grileiros e sem-terras, os quais começam a requerer a posse por essas terras. Dessa maneira, até mesmo as áreas indígenas são afetadas, principalmente em Rondônia, Acre e parte do Oeste de Amazonas (FEARNSIDE, 2010).

Ademais, mais um ponto que constitui grande incentivo ao corte ilegal é que a qualidade da madeira que se extrai de uma região de floresta primária é muito superior à qualidade da madeira de uma área de reflorestamento via manejo. Hoje em dia, a área desmatada na Amazônia ultrapassa 15% de sua área total, sendo que esse processo se acelerou nas últimas quatro décadas e está mais concentrado no sul e leste da Amazônia Legal. (IBGE, 2011).

Dessa maneira, observa-se que o aumento da ação do homem na região amazônica segue a lógica de substituição da cobertura natural por vastas áreas de pastagens, com a retirada prévia de madeiras nobres dessas áreas. Tais operações, como desmatamento, queimadas e criação de pastagens, têm efeitos imensuráveis sobre o ambiente biótico, abiótico e antrópico da floresta. (IBGE, 2011). De 1990 a 2003, o gado na Amazônia aumentou 140% e trespassou de 26,6 milhões de cabeças para 64 milhões de cabeças. Nesse período, a taxa média anual de crescimento do rebanho na região (6,9%) foi dez vezes maior do que no restante do país (0,67%) (IMAZON, 2015). Outrossim, de acordo com Fearnside, “desde 1991, a taxa de desmatamento na Amazônia vem aumentando, enquanto o processo de desmatamento está ocorrendo em um ritmo variável, porém veloz. Ainda que a floresta amazônica seja desmatada por vários motivos, tem-se na principal motivação a pecuária”.

Tem-se por uma das respostas à crescente preocupação com a aceleração do desmatamento na região amazônica, a criação, em 2008, do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), que é um sistema desenvolvido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), que monitora a Amazônia legal por meio de imagens de satélite, monitoramento mensal a taxa de degradação florestal e desmatamento na região (IMAZON, 2021). Mesmo após a criação desse sistema, o desmatamento na região continuou em ritmo acelerado e atingiu, em 2021, o maior índice dos últimos dez anos (AGENCIA CENARIUM, 2021).

Para Fearnside, desde a década de 1970, quando começou o grande aumento do desmatamento, os órgãos de controle para combater o problema sempre atuaram fortemente com a aplicação de multas severas, mas tais ações nunca surtiram os resultados desejados, uma vez que os grandes latifundiários dessa região, após completar o ciclo de garantia fundiária, continuaram recebendo incentivos do governo. Nessa direção, o ano com menor taxa de desmatamento foi 1991 e isso se deu principalmente devido a um decreto assinado no mesmo ano, que suspendeu incentivos fiscais para grandes proprietários de terra (FEARNSIDE, 2020). Então, supõe-se que o principal meio de combate ao desmatamento na região amazônica deve ser por meio de uma mudança política em relação a esta questão.

Num estudo feito por Asher, entretanto, é detectado outro tipo de impacto ambiental na floresta amazônica, que acaba mascarando o desmatamento, que é a degradação florestal. A degradação florestal é um fenômeno mais difícil de aperceber-se porque as árvores são derrubadas seletivamente. Tal estudo só foi capaz de detectar esse fenômeno após extensa análise de imagens de satélite ao longo dos anos, que concluiu que a queda do desmatamento na década de 2010 foi, na verdade, apenas uma substituição na forma de afetar da floresta e que a degradação florestal já ultrapassou a taxa de desmatamento na região (ASHER, 2020).

Dessa maneira, ao abordar as atividades antrópicas que influenciam negativamente a conservação da floresta amazônica, outros tipos de atividades, além da exploração madeireira e da agropecuária, também devem ser consideradas, por exemplo, a forte atividade de garimpo na região, a exploração mineral em larga escala, o aumento do tráfego fluvial e terrestre e também o processo de ocupação populacional em muitas áreas.

Nesta parte do estudo, serão apresentados os diversos impactos ambientais que podem ser percebidas em decorrência das ações do homem nessa região. Dessa forma, com o fenômeno da degradação florestal, que superou os índices de desmatamento nos últimos anos, o corte seletivo de árvores mais nobres acaba aumentando de forma considerável o risco de incêndios, pois, com o corte de certas árvores, espécies de menor porte acabam morrendo. Por exemplo, em um estudo realizado em Paragominas, no estado do Pará, segundo o qual para cada árvore derrubada, outras vinte e sete eram mortas ou seriamente afetadas (VERÍSSIMO et al., 1992 *apud* FEARNSSIDE). Dessa maneira, expor o solo da floresta ao sol acaba por torná-lo vulnerável às queimadas, sobretudo no período de estiagem.

Desse modo, o desmatamento gera muitas consequências de curto e longo prazo para a floresta amazônica, como, por exemplo, a perda de produtividade na região, uma vez que a derrubada de árvores e a consequente queima de uma área da selva provê solo fértil por um curto período (SANCHEZ, 1992 *apud* BEZERRA). Ao contrário do que muitos cientistas especularam no século XIX, o solo amazônico é pobre em nutrientes e desfavorável para a agricultura. Então, o desmatamento, não só causa erosão e compactação do solo, mas também prejudica a produtividade do manejo florestal sustentável na área.

Outro importante efeito do desmatamento no bioma Amazônia é em relação à hidrografia da área, levando em consideração que com o desaparecimento da cobertura florestal original, a água escoar mais rapidez, o que provoca alterações nos diversos cursos d'água da bacia hidrográfica, bem como redução da capacidade de captação de água da bacia para reaproveitamento de água. Por fim, o desmatamento também quebra a lógica do vapor d'água na área que gera chuva e responde por 50 % da capacidade da bacia hidrográfica.

Entretanto esse vapor de água afeta a precipitação não só na região amazônica, mas também em muitas outras regiões do continente sul-americano, pois parte vai para o oceano Pacífico, outra parte vai para o sul e centro-sul do Brasil e ainda outra parte vai para o oceano Atlântico. Dessa maneira, o evento de vaporização da Amazônia acaba afetando diretamente na precipitação de outras bacias além da Amazônia, responsáveis pelo abastecimento de grande parte do País e também de alguns países vizinhos como Uruguai, Argentina e Paraguai, além de afetar o surgimento de chuvas, por exemplo, em São Paulo, que é o maior produtor agrícola do país (FEARNSIDE, 2020). Observa-se, então, que a questão do desmatamento na região amazônica acaba sendo uma questão geopolítica brasileira, pois influencia não só o meio ambiente do Brasil, mas também toda a América do Sul.

Além disso, outra consequência do desmatamento florestal é a perda da biodiversidade, que, no entanto, demora mais para ser afetada, pois somente quando há poucas áreas isoladas de remanescentes florestais em uma área já desmatada é que ocorre forte endemismo, como já ocorre na mata Atlântica. Este problema provou ser mais preocupante do que outros, haja vista que não há como mensurar esses tipos de efeitos e só pode ser detectado por um longo período de tempo sem muita chance de reversão (FEARNSIDE, 2020).

De um modo geral, o grande desmatamento que ocorre na região amazônica está associado à queima dessas áreas desmatadas, e assim como as queimadas acabam liberando gases de efeito estufa, as áreas florestais também acabam sendo representadas pela capacidade de carbono que armazena, que se queimada, irá para a atmosfera. Nessa direção, o problema do desmatamento na região amazônica está indiretamente relacionado ao problema do aquecimento global, não só pela capacidade da floresta em realizar trocas gasosas, mas principalmente pela forma como a vegetação é devastada.

2.4 - A importância do desenvolvimento sustentável

A sociedade moderna desenvolveu o conceito de desenvolvimento sustentável, sobretudo com base na necessidade de preservar a própria existência humana. Dessa maneira, a sustentabilidade é o caminho ideal para diminuir os efeitos da revolução industrial, e junto a essa realidade, a consciência ambiental, a ciência e a tecnologia tornam-se um fator forte para a humanidade na evolução das biotecnologias (ALVES, 2007). E diante de todos os problemas já apresentados na região amazônica, seu desenvolvimento sustentável torna-se fundamental, não só para garantir a soberania nacional sobre a floresta, mas também pelo

retorno econômico e social que esse progresso pode trazer para a população local e para Brasil. Para tanto é preciso a cooperação do Estado, organizações de pesquisa e empresas com um objetivo comum de desenvolvimento sustentável da floresta com cada um desses agentes atuando em seu território, mas de forma integrada.

Ademais, outra forma de realizar o desenvolvimento sustentável na Amazônia é por meio do zoneamento agroecológico da região de forma que a região amazônica é ordenada de acordo com os diversos aspectos ambientais de seus diferentes ecossistemas, com o objetivo principal de compatibilizar a fronteira agrícola sustentável com a proteção da floresta baseada no aproveitamento de cada um desses ecossistemas com a preservação da biodiversidade. Dessa maneira, essa forma de incentivar o desenvolvimento sustentável, na Amazônia, foi idealizada pela Embrapa em parceria com outras empresas no início do século XXI, porém, devido ao tamanho da Amazônia legal, o projeto foi priorizado para áreas já desmatadas e para áreas no entorno de grandes eixos de desenvolvimento com o objetivo de realizar projetos de desenvolvimento nessas áreas específicas, bem como monitorar e conter incêndios (VALOIS, 2003).

Dessa maneira, consolidou-se, em 2010, um exemplo positivo de como a integração entre os principais órgãos deve se concretizar em que, após o projeto de pesquisa mencionado no parágrafo anterior, o governo Federal, com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), realizou o Zoneamento Agroecológico do Dendê, para as áreas desmatadas da Amazônia Legal, que possibilitaram o conhecimento para a produção de óleo do dendezeiro para consumo humano e para biocombustíveis de forma sustentável (EMBRAPA, 2010).

A principal forma de explorar a floresta amazônica de forma sustentável é por meio da exploração de sua biodiversidade, sobretudo porque o setor de biotecnologia assume um papel de destaque na economia mundial (CHAVES, 2008). Ademais, a indústria farmacêutica tornou-se uma força importante na biotecnologia, como resultado do descobrimento de curas para várias doenças humanas a partir de fontes biológicas naturais, como o óleo de copaíba do interior das árvores. Este óleo encontrado na Copaíba, na Amazônia, mostrou recentemente eficácia contra nove tipos de câncer e tuberculose. Porém, é importante ressaltar que tais estudos foram desenvolvidos somente após observar o conhecimento das populações locais sobre o uso desse óleo no tratamento de diversas doenças de pele e articulações (VILLAR, 2020).

Dessa forma, pode-se considerar que não apenas o recurso natural em si constitui a biodiversidade, mas também todo o conhecimento que gira em torno dos benefícios desses

recursos e, portanto, o conhecimento dos povos indígenas da região amazônica está junto ao sistema. Com o crescimento da globalização, o controle do acesso a esse tipo de informação é cada vez mais dificultoso, o que permite o surgimento da biopirataria em torno do conhecimento dos povos amazônicos e seus recursos naturais. Além disso, a legislação brasileira ainda é pouco eficaz no combate à biopirataria (ALVES, 2007) e as penalidades impostas pela legislação penal ainda são muito vagas e pouco rígidas (ULISSES, 2019). Conseqüentemente, é importante ressaltar que a garantia da exploração sustentável da biodiversidade da Amazônia está diretamente relacionada à salvaguarda da população ribeirinha e, sobretudo, dos povos indígenas, que por meio do conhecimento dos recursos disponíveis da floresta têm um valor inestimável para a região, sendo, por conseguinte, a garantia constitucional dos direitos indígenas e a conservação das reservas indígenas são muito importantes.

Nessa direção, a Amazônia também tem capacidade para suportar a exploração agrícola sustentável, como já mencionado no caso do cultivo de dendê, a partir de um zoneamento ecológico cuidadoso com o aproveitamento principal de áreas já desmatadas. Assim, como a exploração de culturas perenes pode ter a capacidade de se assemelhar as florestas naturais, acaba beneficiando também essas áreas desmatadas, pois as árvores de cultivo a serem exploradas conteriam erosão, lixiviação e compactação do solo (VALOIS, 2003).

Dentre as culturas perenes prioritárias para a Amazônia, destacam-se: dendê, cacau, seringueira, café robusto, guaraná, urucum, além de frutíferas tropicais (indígenas e exóticas) e nozes, como cupuaçu, banana, papaia, frutas cítricas, coco, castanha do Pará, babaçu, pêssego e açaí. Além disso, cultiva-se pimenta-do-reino, amendoim, maracujá, abacaxi, abacate, camu camu etc. (VALOIS, 2003, p. 28).

Dessa forma, em 2010, o Estado do Pará tinha o predomínio na exploração de culturas perenes, responsável por 98% da produção nacional de dendê e 95% do açaí produzido no país (Embrapa, 2021). Conforme mostra a figura abaixo, percebe-se que o estado do Pará também é responsável pela grande produção nacional de cacau com produção crescente nos últimos anos. Esse tipo de exploração acaba sendo importante para a economia regional, pois acaba abrangendo desde a agricultura familiar até grandes produtores.

O desenvolvimento sustentável da região também pode ser observado através da exploração da floresta por meio do Manejo Florestal, esse sistema silvicultural, que é o aproveitamento, exploração e manutenção racional das florestas, criação e o desenvolvimento de povoação florestal com intuito comercial, deve ser adaptado à floresta e seus fatores de produção devem ser adequados às técnicas aplicadas (HIGUCHI, 2004). Porém, como já

apontado no estudo, a atividade de Manejo Florestal também necessita de controle positivo do Estado, sobretudo no que diz respeito à exploração madeireira, pois esta pode ser uma estratégia para desmatar uma área sob pretexto de permissão oficial. O aproveitamento da floresta também pode passar pela extração seletiva de madeira, que é realizada retirando-se árvores caducifólias de talhões pré-estabelecidos, levando a madeira em estado ideal para sua posterior regeneração (VALOIS, 2003). Por mais duvidoso que pareça esse tipo de exploração, já existem exemplos concretos que deram certo, como é o caso da empresa Mil Madeiras, na qual utiliza suas receitas com base na Exploração de Impacto Reduzido (EIR), que inclui a construção de a infraestrutura para essa extração na forma de dragagem e transporte com que a madeira é extraída (CABETE, 2009).

A bacia amazônica representa cerca de 20% da água doce dos rios do planeta e abriga cerca de 2.500 espécies diferentes de peixes, o que favorece o desenvolvimento da atividade aquícola sustentável na Amazônia, tanto no âmbito de grandes empresas quanto no de famílias. (VALOIS, 2003). A pesca, de acordo com Santos, é a atividade humana mais importante da região em particular para os que ocupam as margens, porque além de ser uma fonte de alimentação, representa também uma fonte de comércio, rendimento e lazer.

Porém, enquanto a pesca familiar está presente em quase todos os cursos d'água, a das grandes empresas é limitada a determinadas áreas, o que acaba não sendo necessário para evitar que se inicialize o processo de esgotamento e erosão genética de algumas espécies de peixes, principalmente porque cerca de apenas 10% das espécies de peixes existentes são exploradas (VALOIS, 2003).

Dessa forma, mesmo com a fartura de rios na região a atividade pesqueira deve ser realizada de forma sustentável, observando épocas e métodos, para evitar a ameaça de algumas espécies de cardumes, já que esta atividade é a principal fonte de economia formal e informal da região.

Além de todas as formas de exploração sustentáveis existentes na região, aparecem em 2017, o conceito de Amazônia 4.0, que é um *link* para a Indústria 4.0, que é um projeto que visa instalar mini fábricas no coração da floresta para fornecer maior valor agregado à produção de bioinsumos (ADACHI, 2021). Este projeto define assim uma terceira via para a Amazônia, primeira via correspondente às últimas décadas do século XX com o governo delimitando vastas áreas de proteção ambiental, tanto na forma de reservas indígenas, quanto na forma de unidades de conservação. Por outro lado, o segundo caminho segue uma ideia de desenvolvimento da região com base na agricultura exploração mineral e extrativismo (NOBRE, 2019).

A nosso ver, a Terceira Via Amazônica representa uma oportunidade emergente de desenvolver uma “economia verde” que explorava todo o valor de uma “floresta produtiva permanente”, com o auxílio de novas tecnologias físicas, digitais e biológicas já disponíveis ou em desenvolvimento, estabeleceu um novo modelo de desenvolvimento econômico inclusivo. (NOBRE, 2019, p. 3)

Dessa forma, a ideia primordial do projeto Amazônia 4.0 é utilizar o conhecimento da ciência tecnologia e informação para aliar, por meio do planejamento estratégico, o desenvolvimento da bioeconomia baseada na preservação das florestas e na valorização da biodiversidade, assim como o desenvolvimento de um trabalho sustentável pelas comunidades da região (NOBRE, 2019).

O desenvolvimento sustentável da Amazônia é um grande desafio para o governo brasileiro, pois não há referência a um país tropical desenvolvido com uma economia baseada na sustentabilidade, mas muito pelo contrário, os poderes que lideram a revolução científica e a tecnologia atualmente são os principais autores que baseiam o seu desenvolvimento na exploração descontrolada dos recursos naturais e é neste contexto que se percebe a grave crise ecológica que se vive no mundo. Dessa maneira, o país poderá assumir o protagonismo nesse novo horizonte da “economia verde”, que pode ser um bom caminho de oportunidades (MELLO, 2015).

CAPÍTULO 3 - AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

É primordial relatar alguns pontos que antecedem tal realidade, como por exemplo, o surgimento do Estado e as tarefas básicas por ele reconhecidas, antes mesmo de realizar uma abordagem para explicar a cooperação entre Países por meio das teorias de Relações Internacionais (RI). É ainda preciso uma singela abordagem por alguns pontos teóricos que demonstram que a necessidade de cooperação foi gerada juntamente com o advento do próprio Estado e do sistema de Estados, uma vez que, quando coexistem, surge a necessidade de lidar com a existência do outro.

Ademais, o Estado é uma forma de organização social tão profundamente enraizada na realidade política moderna que se pode presumir que ele sempre existiu. Nessa direção, Jackson e Sorensen (2007) são contundentes ao declarar que se trata de uma suposição falsa, esclarecendo que o sistema de Estados e o próprio Estado não foram criados por um ser divino, nem pela natureza sendo, dessa maneira, uma instituição histórica, em que a estruturação foi estabelecida por um grupo de pessoas em uma determinada época. Portanto, os autores aludem ao Estado como uma oportunidade para modelar a vida política, que não é definitiva e, além dos prós e contras, também está obrigada a impreteríveis alterações que ocorrem naturalmente com o passar do tempo.

É essencial para compreensão do advento do Estado moderno, a leitura da obra mais famosa de Thomas Hobbes. O autor, nesse livro, mostra o seu pensamento sobre a necessidade de um Estado firme e sobre a natureza humana, com o poder centralizado numa única pessoa, ou seja, um Estado absolutista. Logo no início da obra ele mostra a preocupação pela criação do Leviatã, que seria a personificação do próprio Estado, “um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado” (HOBBS, 2006, p.09).

Hobbes destaca que “a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro”, ressaltando ainda que “a segurança do povo é seu objetivo”. Na segunda seção de seu livro, ao falar do Estado, Hobbes (2006) coloca como missão precípua do Estado manter o povo em paz no seu interior, bem como defendê-lo de uma possível invasão estrangeira.

Ao longo dos últimos séculos, diversos países que hoje são denominados desenvolvidos, conseguiram não somente a consolidação e a manutenção, mas também praticar certos valores, garantindo a sua população condições sociais básicas necessárias e um

elevado padrão de vida. Dessa maneira, é justo dizer que o sucesso desses Estados em assumir tal responsabilidade estabeleceu um tipo de referência internacional que outros países devem alcançar.

Baseado com o conceito anterior, em relação às funções fundamentais do Estado, pode-se colocar com certa segurança que “Existem pelo menos cinco valores sociais fundamentais que os Estados devem defender: segurança, liberdade, ordem, justiça e bem-estar. Por serem tão essenciais para o bem-estar humano, esses valores sociais devem ser protegidos e garantidos” (JACKSON; SORENSEN, 2006, p.22). Além disso, conforme esses mesmos autores, essas são as principais causas da existência dos Estados.

No que diz respeito à questão da cooperação entre Estados, é preciso explicar com antecedência o significado de soberania. Conforme Bobbio (1998, p.1179) “Em sentido restrito, na sua significação moderna, o termo Soberania aparece, no final do século XVI, juntamente com o de Estado, para indicar, em toda sua plenitude, o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política”.

No entanto, em questões de soberania, vale ressaltar que o Direito Internacional Público (DIP) garante diversos princípios de soberania e de independência dos Estados. Nessa direção, pode-se dizer que, pelo menos legalmente, os Estados são plenamente autônomos entre si, o que não quer dizer que estejam apartados entre si. Nessa direção, John Locke (1994), em seu livro *Segundo tratado sobre o governo Civil*, ao sugerir a criação de um Poder Central, que teria a responsabilidade por administrar as relações com outros Estados, já nos apontava uma evidente necessidade com a interação entre Estados. Dessa forma, para Locke, o pleno isolamento de um Estado, em relação aos seus iguais, contrastava com uma realidade já estabelecida, de uma forma que não se traduzia numa escolha.

Depois de mais de três séculos de cooperação gradativa entre Estados, particularmente os da Europa, parece que muitas dessas relações foram seguidas de algum grau de conflito, seja nas esferas política, econômica ou sociocultural. Então, é possível dizer que, em diversas épocas, assim como atualmente, durante a integração do Sistema Internacional (SI), normalmente, tais Estados:

[...] se unem e se influenciam e, portanto, devem encontrar meios de coexistir e de lidar uns com os outros. Ademais, estão geralmente incorporados aos mercados internacionais, que geram efeitos sobre as políticas dos governos e sobre a riqueza e o bem-estar de seus cidadãos (JACKSON; SORENSEN, 2006, p.20).

Complementando o pensamento anterior, os autores defendem ainda que, o afastamento de um Estado, seja por iniciativa própria ou de maneira imposta por outros países

que integram o Sistema Internacional, em regra, acarreta numa enorme contrariedade para o seu povo. Dessa forma, com certeza, o relacionamento entre países, obriga-se como uma carência, pois diversas vezes esses mesmos países ocupam posições evidentemente divergentes no cenário global.

3.1 - A cooperação pela perspectiva realista

Em primeiro lugar, destaca-se que, como em qualquer outra área do conhecimento humano, não existem ideias homogêneas nas Relações Internacionais, nem mesmo dentro de uma mesma vertente de pensamento, como se entende a questão dos ideais realistas. Contudo, pode-se dizer que certos pontos marcam claramente a vertente realista, na partir de uma visão que percebem um mundo, quando a ética tem um lugar bastante diminuído, de modo que as relações que acontecem em diferentes graus, não são guiadas por princípios morais, mas pela racionalidade de Estado.

Para atingir o objetivo desta seção, que é compreender a cooperação tal como entendida pela tradição realista, são necessários algumas considerações preliminares sobre como eles veem o mundo. Os Estados são considerados os principais atores do Sistema Internacional anárquico nas teorias realistas, portanto tentam garantir a sua sobrevivência acumulando poder. Entre os realistas, ainda prevalece o conceito de autoajuda, conforme a qual os Estados só podem, em última instância, confiar nas suas próprias capacidades para conquista os seus objetivos de sobrevivência e defesa no cenário global.

Hans Morgenthau, em 1948, também conhecido como um dos expoentes do Realismo Clássico no século 20, publicou o livro *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*, que apresentava os seis princípios sobre o realismo que, de acordo com o autor, deveriam direcionar as questões de política externa do país.

Continuando nessa perspectiva, avaliamos objetivamente dois dos seis princípios colocados por Morgenthau, que são considerados suficientes para compreender a posição do autor sobre a realidade da cooperação. Com certeza o posicionamento de Morgenthau na obra citada era uma firme oposição às ideias liberais, desenvolvendo uma teoria baseada numa análise realista da política mundial. Nessa direção, o autor nos mostra o segundo princípio do realismo político, que “[...] é a noção de interesse definido em termos de poder” (MORGENTHAU, 2003, p.6). A fim de clarear essa questão, destaca-se o seguinte:

Na visão utilitarista de Morgenthau, todos os Estados buscam o mesmo: maximizar ganhos e minimizar perdas, que são medidos na quantidade de relações de poder favoráveis produzidas e desfavoráveis evitadas. O interesse nacional, portanto, é o

conceito que põe em marcha *toda e qualquer* estratégia de política exterior (RODRIGUES, 2008, p.42).

Outra vertente reveladora, relacionada com o antagonismo entre as ideias realista e liberal, é comentado pelo alemão no quarto princípio, através da seguinte afirmação: “O realismo político tem consciência do significado moral da ação política, como é também a tensão inevitável que existe entre o mandato moral e os pré-requisitos de uma ação política bem-sucedida” (MORGENTHAU, 2003, p.20). O autor explica que o realismo político não tenta encobrir ou eliminar as tensões existentes, mas defende a necessidade de uma distinção clara entre problemas morais e políticos.

O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar. [...] o Estado não tem o direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade constitua um obstáculo à ação política vitoriosa, ela própria inspirada pelo princípio moral de sobrevivência nacional. (MORGENTHAU, 2003, p.20).

Na mesma obra se destaca a visão do autor segundo a qual é impossível edificar um mundo em que a harmonia de interesses leve os países a colaborar. Morgenthau (2003) sublinha inequivocamente que o conceito de interesse está no centro da política e, portanto, não é alterado por variáveis temporais e geográficas. Isto é, no que diz respeito ao caráter amplo das relações internacionais, o que de fato é relevante, de acordo com o autor, é a questão de o interesse ser o modelo permanente por meio do qual a ação política é medida e orientada. Este argumento fica claramente expresso quando Morgenthau cita Tucídides (século V A.C.), confirmado por muitas experiências da antiga Grécia, como disse “A identidade de interesse é o título mais confiável, seja entre estados ou entre indivíduos” (MORGENTHAU, 2003, p. 17).

Para compreender a cooperação tal como a veem os realistas, é preciso pensar que, como comentamos no início dessa parte, que esta não é uma escola de pensamento de única vertente. Vale ressaltar que variadas e intensas transmutações ocorridas em nível internacional durante a segunda metade do século XX, fizeram com que muitos estudiosos comesçassem a interrogar os princípios e fundamentos que serviram de base ao realismo clássico de Morgenthau, criando assim diferentes matizes do realismo. Dadas às limitações do interesse deste estudo, não é preciso descrever detalhadamente todos os pontos de vista que surgiram das críticas e revisões realistas posteriores e, portanto, tratamos daqueles que são essenciais para a compreensão da colaboração na visão mais relevantes dos reformadores da tradição do pensamento Realista das Relações Internacionais.

No seu livro, de 1979, intitulado *Teoria das Relações Internacionais*, na sua análise, realizada por Kenneth Waltz, não há dúvida de que foi um dos estudos mais influentes do neorealismo na ciência política. Ele classifica como reducionistas todas as conjecturas que, como a de Morgenthau, veem o todo como uma parte. O alemão tentou explicar o comportamento do Estado com base no comportamento do indivíduo, o que para os norte-americanos não é suficiente para interpretar as ações do Estado, pois na maioria dos casos o analista obtém o resultado impreciso. Dessa forma, o autor faz uma análise do comportamento dos Estados, que considera ser o último nível, e dá início ao neorealismo.

Os neorealistas creem que a estrutura do SI tem uma ação direta no incentivo à cooperação entre os Estados. Waltz (1979) deixa claro que, obviamente, a estrutura de um sistema é determinada dependendo da maneira de como ocorre as interações dos principais atores do sistema, isto é, a direção de todas as unidades do sistema é determinado e diretamente influenciado pelo modo de operação dos Estados com maiores possibilidades. Dessa maneira, o Estado mais poderoso condiciona o cenário comportamental não só para si, mas para todos.

O Realismo Estrutural entende o SI anárquico como uma restrição à cooperação entre Estados, uma vez que a anarquia torna os Estados muito preocupados com benefícios relativos e autoajuda, o que afeta seu comportamento no sistema (WALTZ, 1979).

Vale destacar que Rezende (2013) chama a atenção para o fato de não existir um acordo entre os realistas sobre a definição de cooperação internacional, mas, de qualquer forma, seguiu a predileção do conceito neorealista. Expondo a cooperação internacional como “Ajuste voluntário da política estatal para superar diferenças e alcançar interesses usuais” (GRIECO, *apud* REZENDE, 2013, p. 39).

Finalmente, os realistas modernos, como Mearsheimer, aceitam que os Estados colaboram, apesar de tudo, mas argumentam que o que permite aos Estados cooperar é a percepção de um adversário comum e, portanto, retêm uma postura equilibrada em relação às ameaças. Mearsheimer (2007) aponta preocupações sobre aquisição relativa e fraude estarem relacionadas. Isto porque estas são duas questões que desempenham o maior papel na limitação da cooperação interestatal.

3.2 - A cooperação pelas perspectivas neoliberal e construtivista

Muitas tendências teóricas alternativas em direção ao realismo procuram explicar a cooperação intergovernamental em RI numa nova visão. Os decênios de 1980 e 1990 foram caracterizados por uma produção acadêmica particularmente bem-sucedida para teóricos que procuravam desafiar as traduções realistas tradicionais da cooperação internacional. Esta oposição foi certamente influenciada por mudanças significativas na situação global, como a queda do muro de Berlim, em 1989 e a ruptura da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. Daqui para frente serão analisadas as ideias consideradas mais pertinentes para compreender a cooperação sob um novo ângulo, como o apresentado pelas mudanças do Neoliberalismo, bem como pelas vertentes construtivistas.

Em primeiro lugar, destaca-se que, embora não constitui uma corrente de pensamento completamente homogênea, os teóricos liberais fazem parte de uma escola muito mais coerente que a escola realista, uma vez que boa parte das teorias liberais encontram suas origens na Europa do século 18.

No fim da Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, foram lançados os primeiros esforços sistemáticos em RI com o objetivo de evitar outra guerra de proporções globais. O desenvolvimento tecnológico levado a cabo pelas grandes potências, não só causou o prejuízo de milhões de vidas humanas, mas também uma destruição material sem precedentes, que teve profundas consequências econômicas em todos os territórios do globo. Dessa vez, de maneira natural, os impactos negativos da guerra criaram um ambiente favorável a uma resposta em busca da paz, por isso, quando se tratava de política internacional, a preocupação central dos primeiros pensadores era criar um ambiente em que a paz mundial pudesse florescer.

A visão liberal, nesta primeira fase da sua escola, acreditava que a utilização racional, pertinente a todo ser humano, permitiria a construção de uma ordem internacional pacífica, à medida que o ser humano começasse a perceber até que ponto o emprego de conflitos, ou seja, da guerra, como um meio de política externa era economicamente ineficiente e imoral, uma vez que, segundo os liberais, os seus gastos excediam em muito os benefícios potenciais. Consequentemente, entenderam que as relações interestaduais poderiam ser melhoradas por meio do conceito de instituições e ideias relacionadas. A transparência nas intenções e ações do Estado dissiparia os temores de corrupção, o que levaria diferentes países rumo a um processo colaborativo mais ativo.

A escola liberal urde uma relação direta entre a paz internacional e as compreensões de liberdade comercial, o direito das nações à autodeterminação, a ideia no poder regulador do direito internacional, a renúncia à guerra a adoção de um sistema de resolução pacífica de conflitos. Disputas entre estados, desenvolvimento do conceito de segurança coletiva, institucionalização das relações internacionais através de organizações interestaduais, adoção da república democrática como meio de gestão de políticas internas (RODRIGUES, 2008, p.64).

Ao contrário do que acontece com os realistas, as teorias institucionalistas têm uma definição geral do que é a cooperação internacional.

A cooperação ocorre quando os atores adéquam o seu comportamento às tendências atuais ou esperadas dos outros através de um processo de coordenação política. Para abreviar de forma mais formal, a cooperação intergovernamental ocorre quando políticas efetivamente seguidas pelas autoridades são vistas pelos parceiros como facilitadoras da realização dos seus próprios objetivos. Como resultado do processo de coordenação política (KEOHANE, 1984, p. 51-52).

É importante destacar que cooperar não significa ausência de conflitos ou mesmo acordos plenos sobre a posição dos Estados sobre uma determinada questão, mas sim a aceitação de um recurso tolerável que possa ser apoiado por todas as partes envolvidas, embora seja possível, essa não é a solução defendida por todas as partes. Por outras palavras, a opinião maioritária entre os liberais é que a cooperação enfatiza a possibilidade de os países encontrarem um terreno comum na resolução de problemas globais e permitir a adoção de uma possível solução, mesmo que não seja a solução preferida de alguém ou de alguns dos países participantes de um provável processo de tomada de decisão.

Para compreender a cooperação como ela é percebida pela evolução da tradição liberal, e tendo em conta os limites do interesse da investigação não serão detalhadas todas as críticas e revisões liberais existentes, abordando apenas aquelas que provaram a maior compreensão da cooperação interestatal sob uma nova visão.

Dentre essas revisões, emerge o Neoliberalismo, que foi a vertente na qual Robert Keohane tem um lugar marcante, uma vez que este não só concorda, mas também ratifica pressupostos essenciais do Realismo, assim como a vertente de um Sistema Internacional anárquico no qual o Estado é o protagonista. Entretanto a sua grande inovação reside na ação de lançar um novo olhar sobre as instituições internacionais, de maneira que o autor desapega da dimensão ética com que os liberais costumam identificá-las e passa a apresentá-las por meio da ótica dos interesses políticos, e, com certeza, bem mais aceitável para os realistas. Por outras palavras, Keohane está a tentar mostrar que a falta de transparência e o individualismo tendem a levar os países para resultados menos acertados e, portanto, menos racionais. As instituições internacionais serão particularmente importantes, pois assumem este

papel na criação de relações internacionais mais transparentes. Isto levará a uma solução mais satisfatória do que uma solução dada de forma inexistente.

Rezende (2013) destaca a abundante produção acadêmica de representantes do Institucionalismo neoliberal em torno da questão da cooperação internacional, o que contribui não apenas para o enriquecimento do debate acadêmico, mas também para a divulgação e melhor compreensão do tema por parte da sociedade a nível nacional e internacional. O autor destaca ainda que a condição mais importante do Institucionalismo neoliberal diz respeito à valorização das instituições como instrumentos para alcançar a cooperação internacional. Um ponto essencial da argumentação desta corrente teórica, com vista a persuadir os Estados da importância e das vantagens da sua adesão, é sublinhar que a participação nestas instituições pode trazer benefícios importantes aos Estados-membros, aumentando, assim, o seu poder de negociação a nível internacional.

O pensamento de Keohane (2005) sobre as instituições internacionais através de uma visão de política de interesse parece ecoar na seguinte declaração de Rezende: “Para os institucionalistas neoliberais, as instituições podem proporcionar benefícios mútuos que os estados não seriam capazes de obter por si próprios, o que justifica a cooperação internacional” (2013, p.58).

O Institucionalismo Neoliberal também reconhece que a cooperação pode ocorrer de três formas: “a tácita, sem necessidade de acordo recíproco, a negociada, que é uma prática comum nas Relações Internacionais, e aplicada, como no caso da estabilidade hegemônica” (MILNER, *apud* REZENDE, 2013, pp. 58-59).

Ademais, com o objetivo de compreender a cooperação internacional a partir de uma nova perspectiva, levando em consideração os limites dos interesses da análise, discutiremos o que é a Teoria Construtivista.

A passagem entre as décadas de 1980 para 1990 lançou as bases para o surgimento de uma nova corrente de pensamento em RI que mostrando uma visão inovadora sobre a questão da colaboração e analisou as interações intergovernamentais como um fenômeno social e como tal suscetível a mudanças. É claro que o construtivismo, como outras correntes de pensamento em RI, não é homogênea e, embora seus autores tenham em comum a repreensão ao realismo, o fazem com intensidades diferentes, resultando em dois grupos distintos de escritores, um mais crítico e outro mais moderado.

A discussão no que diz respeito à abordagem construtivista, segundo Jubran, Leães e Valdez (2015), tem raízes principalmente nos EUA e em menor medida, na Europa. Nicholas Onuf (1989) e Alexander Wendt (1992) são considerados autores pioneiros. Onuf incorpora a

crítica mais contundente ao Realismo e Wendt adota uma linha mais moderada. Esses dois pensadores tornaram-se modelos, dando origem às duas principais vertentes do construtivismo: “a primeira, mais inclinada à esquerda, está mais próxima das vertentes pós-modernas ou pós-coloniais, enquanto a outra se traduz numa agenda de investigação mais aproximada das visões mais tradicionais.” (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015, p.24).

Nogueira e Messari (2005) defendem que a ideia básica do construtivismo é compreender que o mundo é construído socialmente. Isto é, não acreditam numa realidade que se impõe de forma predeterminada e supostamente imutável. Acreditam, portanto, que habitamos num mundo em constante construção, cujas características são fruto das nossas próprias decisões e que este mundo pode ser mudado mesmo dentro de certos limites. Nessa direção, os mesmos autores sublinham ainda que, embora não seja uma opinião unânime, a maioria dos construtivistas nega a visão realista de uma estrutura anárquica do SI, que seria permanente e responsável por orientar as relações interestatais. Dessa forma, afirmam que a anarquia internacional realmente existe, porque foi erigida socialmente para assim ser, como se pode deduzir conforme a seguir:

Isto significa que é parcialmente correto descrever as relações internacionais como uma área de conflito e competição constantes. Porque a natureza da anarquia não é predeterminada. Ou seja, os sistemas internacionais socialmente edificados podem variar entre conflito e cooperação. O processo de construção e reconstrução é estável e continuamente aberto à possibilidade de mudança (JUGLANS; MESSARI, 2005, p. 167).

Para Onuf (1989), representante da parte mais crítica dos construtivistas, o Estado, ao contrário do que pregam os realistas, não desempenha o papel de único ator e muito menos de ator racional nas Relações Internacionais. Como indica Rezende (2013), Onuf faz parte de um grupo de autores que deu origem ao que se chama de *virada linguística*, que valoriza a fala como essencial elemento de ação. Nessa vertente, acredita que a atual hegemonia cultural, bastante existente no Sistema Internacional, foi inventada através da construção de um conjunto de discursos dominantes, que ajudam a reforçar a falsa visão de uma realidade que se impõe de forma supostamente permanente.

Alexander Wendt (1992), representante da linha mais moderada e com maior visibilidade nas RI, ao contrário de Onuf, aceita a visão do Estado como protagonista, bem como reconhece a racionalidade em suas ações. Jubran, Lehaes e Valdez (2015) chamam nossa atenção para a posição de Wendt sobre duas questões essenciais. A primeira refere-se ao questionamento dos conceitos evidentes na visão realista, que aponta para a estrutura anárquica do SI como condutora dos Estados a conflitos ou a uma situação de competição

contínua. O segundo problema refere-se ao papel da identidade como variável essencial na percepção da política externa de um Estado. Cabe ainda ressaltar a colaboração de Rezende (2013), ao enfatizar a visão de Wendt (1992) de forma a não identificar nenhuma lógica de competição na anarquia internacional, como aquela baseada na ajuda recíproca, como aponta Waltz (1979) e outros pensadores realistas. Wendt afirma que a partir da proposta de socialização dos Estados se tornarem possível um novo modelo de anarquia, que pode assumir diferentes estruturas viáveis.

É inquestionável que, desde a década de 1990, a escola de pensamento construtivista vem ocupando um lugar com mais destaque no mundo acadêmico e o seu grande mérito, muito além da quantidade de autores e obras publicadas, tem importância na explanação da cooperação internacional em nova visão, apartando-se dos esquemas realistas estabelecidos e engessados na História. Nessa direção, traz uma contribuição teórico-conceitual com potencial para mudar as perspectivas comportamentais dos Estados em relação ao SI, dado que a proposta de uma via de socialização dos Estados torna a cooperação uma possibilidade real, mesmo no contexto da defesa uma vez que, para os pensadores construtivistas, pelo menos em teoria, a cooperação já não é uma impossibilidade *a priori*.

CAPÍTULO 4 - DESAFIOS À COOPERAÇÃO REGIONAL

4.1 - As Organizações Internacionais

A América do Sul já passou por várias iniciativas de integração. Entre os séculos XX e XXI, emergiram várias propostas para a criação de instituições supranacionais de integração regional, sobretudo os blocos econômicos, com o intuito de promover acordos em diferentes áreas. Por exemplo, como no caso do Mercosul, pode-se ressaltar os acordos comerciais que são assinados e implementados coletivamente para reduzir gradualmente as tarifas, a fim de aumentar o fluxo de mercadorias entre os Estados-Membros e promover a concorrência em determinados setores das suas economias.

A América de Sul vem gerou e consolidou iniciativas que contribuíram para um processo de integração efetiva entre as nações Sul-Americanas. Dessa forma, no século passado, várias instituições foram concebidas com esse intuito, por exemplo, o tratado Andino, fundado em 1969 e posteriormente convertido na Comunidade Andina de Nações (CAN). Ressalta-se ainda o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978, que se tornou a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 1998. Brasil e Argentina, a partir de 1985, inicializaram negociações para começar “um processo de integração bilateral gradual, com o objetivo central de promover o desenvolvimento econômico, ao qual se juntaram, em 1991, Paraguai e Uruguai, formando-se assim o MERCOSUL” (GUIMARÃES, 2007, p. 179).

Contudo, apesar de todas essas iniciativas de integração, o Sul ainda necessitava de propostas integracionistas mais do que somente a realidade econômica. Esta questão não foi bastante para abranger a movimentação e as dificuldades de uma região como a América do Sul e ainda para fomentar uma integração que abarque diferentes peculiaridades da região. Nessa direção, em 2004, os líderes Sul-Americanos iniciaram a criação da Comunidade Sul-americana de Nações, atualmente chamada de União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A região Sul Americana viveu um profundo processo de mudanças, quando da passagem da ala neoconservadora chegou ao poder, ameaçando até as evoluções significantes no que diz respeito a uma visão integracionista regional. Os neoconservadores ameaçaram reverter, em termos concretos, as conquistas sociais realizadas nos anos do século XXI, quando governos autoproclamados de esquerda chegaram ao poder, conduzindo a América do Sul para uma autônoma introspecção, com o empenho para gerar mecanismos que fortaleçam as instituições locais e inserção da região no cenário internacional.

Promovida por governantes eleitos no século XXI, a estratégia política de uma integração regional para além dos circuitos meramente comerciais logrou construir uma inédita aproximação entre os Estados e sociedades da região, bem como afirmar o compromisso em prol da superação solidária das dificuldades inerentes ao processo da integração. Destaca-se o desempenho da diplomacia na coordenação das políticas externas do continente voltadas para a inserção autônoma da região em um mundo ainda em busca da multipolaridade [...] (SARTI, 2013, p. 24).

Percebe-se, portanto, que a alternativa de integração regional surgiu como uma vertente possível, embora desafiadora, para países que por diversas vezes se colocavam como concorrentes começarem a colaborar entre si de forma a almejar uma comunidade em seus interesses. Contudo, mesmo com as iniciativas e realizações, ultimamente registraram-se alguns retrocessos no caminho da integração. Isto é, a volta ao poder por um novo governo conservador permitiu que alguns países da região dirigissem as suas políticas externas para Ásia, Europa e os Estados Unidos. Nessa direção, Ressaltam-se os acordos bilaterais, como a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) entre países, celebrados pelos países sul-americanos e os EUA. Ademais, destaca-se que estes acordos são dedicados quase que estritamente a aspectos econômicos, o que os distingue das iniciativas integracionistas dos países dos blocos da América do Sul. Segundo Carvalho e Rosevics (2013), países como a América do Sul, sociedades subdesenvolvidas, marginalizadas e ex-coloniais têm como objetivo, sobretudo, o desenvolvimento econômico, mas também o avanço social e político. De acordo com Sarti (2013), os governantes viam os povos como possibilidades estratégicas para promover as ideias de integração regional.

As relações de integração política e econômica pautaram-se sob a égide de um desenvolvimento que não se mede apenas pela riqueza da economia de um país ou de uma região, mas se avalia pela extensão e pela qualidade dos direitos que proporciona a seus povos. [...] Ressalte-se ainda a relevância das políticas sociais numa nova mirada em prol dos avanços da educação, da ciência e da tecnologia em novas formas de produção do conhecimento no continente (SARTI, 2013, p. 24).

Numerosas iniciativas foram concebidas na tentativa de preservar e fortalecer a soberania dos Estados, evitar os riscos de possíveis intervenções externas na região e envolver cada vez mais povos no processo de integração regional. Tais ações incluem ainda a criação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), juntando-se a outras organizações mais influentes da região, como, por exemplo, a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) (SARTI, 2013). Nessa direção, destaca-se também que a integração regional na Sul Americana é ainda um processo em desenvolvimento que enfrenta enormes desafios em virtude de imensas desigualdades sociais registradas na história dessa região. Além desses fatores, existem

problemas crônicos comuns às sociedades sul-americanas, como a concentração de terras e de meios de comunicação e a crise de representação dos partidos políticos, que ameaçam até mesmo as conquistas mais democráticas (SARTI, 2013).

Segundo Oliveira (2013), atenção especial para os desafios que surgem quando se tenta promover a integração com a combinação de aspectos econômicos e sociais. De acordo com o autor alcançar o sucesso para inserir um bloco regional, formado por países periféricos, no cenário internacional é um processo desafiador que exige muito esforço, entretanto os países sul-americanos estão progredindo nessa vertente com um grande viés a regionalização do subcontinente.

Um dos desafios mais importantes do processo de integração regional é a promoção da coesão econômica e social no espaço comum construído ao longo dos anos. Neste sentido, o significado das políticas públicas e dos instrumentos estatais com vista ao desenvolvimento regional torna-se consistente em face dos desafios impostos pela mundialização, em especial nas experiências de integração regional nos países periféricos (OLIVEIRA, 2013, p. 49).

Desde o século XIX, percebe-se que os países Sul Americanos partilham ambições por uma unidade subcontinental, mesmo que ainda num nível amistoso de ideias. Tais ambições visam atender às demandas da região por infraestruturas apropriadas que permitam uma maior circulação de mercadorias e integração de cadeias produtivas, uma vez que há deficiência de portos, rodovias, hidrovias, ferrovias e dutos para a movimentação de combustíveis, o que constitui um grande obstáculo físico aos fluxos entre os países dessa região.

[...] A constituição de investimento em infraestrutura que possibilite a articulação e a integração física do subcontinente sul-americano é, sem dúvida, uma temática marcante neste início do século XXI. O surgimento do projeto da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), no ano 2000, representou um importante marco no processo de integração da América do Sul. A infraestrutura do Plano IIRSA visa construir na América do Sul, através da liberalização do comércio recíproco dos bens e serviços, uma infraestrutura energética, de telecomunicações e uma malha viária e portuária comuns (OLIVEIRA, 2013, p. 49).

Em suma, fica claro que a integração física emerge como um fator fundamental na construção da unidade política, econômica e social na América do Sul. Contudo, o sucesso desta proposta de integração requer a adoção de medidas eficazes para gerir e superar a “assimetria de desenvolvimento dos países da região” (OLIVEIRA, 2013, p. 56).

4.2 - A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em 1978 e promulgado pelo governo brasileiro em agosto de 1980. Tem por seus signatários os seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Esse bloco foi um dos primeiros esforços no que diz respeito à cooperação multilateral em favor do desenvolvimento regional e da conservação da natureza, tendo entre os enfoques do acordo recursos hídricos, pesquisas científicas, biotecnologia, comunicação, infraestrutura, transporte, entre outros. Conforme Ricupero (1984, p.186), o Tratado é regido pelos princípios de “soberania nacional”, “cooperação regional” e “igualdade entre os parceiros”.

Essa iniciativa resultou da política integracionista executada pelo governo militar, em conjunto com uma série de outras iniciativas na esfera da geopolítica de ocupação, defesa e integração do território nacional. A união dos estados amazônicos surgiu justamente num momento de efervescência das discussões sobre a internacionalização da região e sobre a soberania compartilhada.

Tal acordo está norteado pelo desenvolvimento econômico sustentável, deixando em aberto as formas de execução e operação das políticas públicas para atingir os objetivos propostos. As necessidades e carências da Amazônia ficam evidentes em seus artigos: ampliação de pesquisas científicas em vários campos, proteção ambiental, aproveitamento do sistema fluvial, ampliação das redes de transporte e comunicações, ações voltadas para o respeito aos diferentes povos, respeito ao direito internacional, ações sociais, melhoria no sistema de saúde e infraestrutura.

O acordo tem como eixos centrais o desenvolvimento sustentável, a soberania e a cooperação. O primeiro artigo do Tratado enfatiza o desenvolvimento territorial, com equidade dos resultados para os países-membros e sem ferir a preservação ambiental. E, nesse contexto de preservação e desenvolvimento dos recursos naturais, o Tratado reserva destaque para a bacia hidrográfica do rio Amazonas, mencionando o direito de navegação comercial, no artigo III, a utilização racional dos rios, no artigo V, e a necessidade de “melhoramento e habilitação” dos rios, no artigo VI.

Para fazer parte do acordo, o país deve compreender a Amazônia, ou seja, ter em seu território parte da Amazônia, a fim de se evitar a adesão de outros atores fora da região e buscar maior cooperação entre as partes. Porém, o acordo não descarta estabelecer parcerias e ações conjuntas nem desenvolver políticas públicas e estudos com o auxílio de outros

organismos internacionais, conforme estabelece o artigo nono do Tratado: “As partes contratantes poderão, sempre que julgar necessário e conveniente, solicitar a participação de organismos internacionais na execução de estudos, programas e projetos resultantes nas formas de cooperação técnica e científica.”

O propósito, inicialmente, era ampliar o contato, as negociações e os acordos bilaterais e multilaterais neste acordo, o qual tinha como primeira condição a ratificação de todos os signatários, conforme o artigo XXVIII, e impôs que as decisões e resoluções fossem aprovadas somente por unanimidade.

O funcionamento do Tratado está estruturado primeiramente na Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, que é a instância máxima do Tratado, como estipula o artigo XX do TCA:

[...] os Ministros das Relações Exteriores das partes contratantes realizarão reuniões toda a vez que o julgarem conveniente ou oportuno, a fim de fixar as diretrizes básicas da política comum, apreciar e avaliar o andamento geral do processo de cooperação Amazônica e adotar as decisões tendentes à realização dos fins propostos neste instrumento. (BRASIL, 1980).

A Amazônia Legal está localizada, atualmente, em nove estados federados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, que, organizados e dirigidos por um governo estadual, também precisam estar em sintonia com os projetos e programas do governo federal e, por vezes, com os países-membros do OTCA. Os demais países sul-americanos signatários do Tratado escolheram delimitar sua área de abrangência pela malha hidrográfica, como afirma Ribeiro (2005, p. 257): “o critério hidrográficas em suas respectivas áreas amazônicas, compreendendo os afluentes do rio Amazonas que nascem na cordilheira dos Andes, ou, ainda, no Maciço Guiano”. O Peru, por exemplo, regulamentou a sua área amazônica somente em 1998, e a Colômbia, em 1986.

Em 1989, ocorreu a primeira reunião dos presidentes dos países do Pacto Amazônico, quando foi aprovada a Declaração da Amazônia, documento composto por dez parágrafos que reafirmou a necessidade de cooperação, desenvolvimento, soberania e proteção ecológica e cultural e afirmou que, “para assegurar um futuro de paz, de cooperação e de prosperidade para as nações da região amazônica [...] passar a reunir-nos anualmente.”.

A Declaração da Amazônica veio em resposta à elaboração da Declaração de Haia, realizada em março do mesmo ano e que passou a pressionar pela sustentabilidade e preservação da área, cogitando, inclusive, criar uma gestão ambiental mundial, ou seja, um novo mecanismo institucional para conter ou desacelerar a degradação do meio ambiente. Era

notório que o TCA não cumpriu com as metas propostas, e, mais uma vez, pressões externas forçaram os países sul-americanos a se movimentarem em prol da preservação.

A ocorrência da segunda reunião extrapolou o prazo previsto de um ano e ocorreu apenas em 1992, devido à aproximação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Nesse encontro, foram aprovados os seguintes documentos: Declaração de Manaus e Posição Conjunta dos Países Amazônicos. Ambos defendem o meio ambiente e a cooperação interestatal para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

O multilateralismo que conduziu a assinatura do Tratado e defende a unanimidade na tomada de decisões está ausente na maioria das tratativas e dos acordos realizados entre os países signatários. Nesse contexto, predominou o bilateralismo, como, por exemplo, no Projeto do Gasoduto, celebrado entre Brasil e Bolívia, no acordo de combate aos ilícitos transnacionais assinado entre Brasil e Colômbia e no Tratado de Amizade e Cooperação entre Brasil e Peru.

A meta do TCA era promover a cooperação harmoniosa e integrada da Bacia Amazônica com sustentabilidade e desenvolvimento econômico. Assim, o Tratado documenta uma ação efetiva e emergencial dos países amazônicos em seus territórios em contraofensiva às investidas externas na região. No entanto, as dificuldades encontradas nas tentativas de negociações e na execução de projetos somada à fragilidade institucional do próprio Tratado o transformaram em letra morta.

A OTCA conta com uma Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica atuante em múltiplos setores e nos mais complexos assuntos, como a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, biodiversidade, intercâmbio tecnológico, manejo florestal, integração, fortalecimento institucional, entre outros.

As ações da OTCA são orientadas pelo Plano Estratégico aprovado em 2010, durante a décima Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, em conjunto com a Nova Agenda Estratégica (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, 2011, p.12), que “inclui a visão, missão e objetivos estratégicos da OTCA, a partir de dois eixos de abordagem transversal (conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento sustentável).” No nível estratégico, em sua agenda, são contempladas as seguintes áreas temáticas:

[...] florestas; recursos hídricos; gestão, monitoramento e controle de espécies da fauna e flora selvagens ameaçadas; áreas protegidas; uso sustentável da biodiversidade e promoção do biocomércio assuntos indígenas; gestão do conhecimento e intercâmbio de informação; gestão regional de saúde; infraestrutura e transporte; navegação comercial e turismo; além de temas emergentes como

desenvolvimento regional, mudanças climáticas e energia. (AGENDA ESTRATÉGICA, 2011, p.12)

A integração entre os países da América do Sul é essencial para a concretização de políticas públicas voltadas para a promoção e a preservação do meio ambiente, da mesma forma que é necessário recursos financeiros para a execução de projetos de preservação. Nas tratativas para facilitar a doação de créditos vindos do exterior, o governo brasileiro criou, pelo Decreto nº 6.527, em 2008, o Fundo Amazônia, o qual estabelece, em seu artigo primeiro, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é:

Autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie, apropriadas em conta específica denominada Fundo Amazônia, para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal [...] (GONÇALVES *et al.*, 2022, p.111)

O êxito dessas iniciativas tem relação direta com a vontade política dos integrantes do bloco, cujas capitais, em maioria, tem vias marítimas e colocam as terras continentais ou interiores em segundo plano. Dessa forma, os países sul-americanos estão distantes de uma realidade próspera, e o diferencial da OTCA é exatamente a sua existência como um instrumento de cooperação, em decorrência de se tratar de um organismo que promove a ajuda necessária para as mais diversas iniciativas com relação à floresta amazônica.

A análise da geopolítica, tomando por referência a teoria de Mackinder, agregada à valorização das questões ambientais nos foros internacionais, dá à Amazônia relevância na América do Sul e no cenário mundial, como o “*heartland* ecológico”. Ademais as bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas são as principais áreas de cooperação sul-americana com o Mercosul e a OTCA. Essa organização, portanto, é um instrumento diplomático essencial na promoção de modificações consideráveis para a Amazônia e para os povos que nela residem. No entanto o multilateralismo é ainda pouco aplicado, haja vista que bastantes projetos e programas para o desenvolvimento foram realizados de maneira bilateral no campo educacional, técnico, cultural e no combate aos ilícitos.

Nessa direção, a OTCA é uma ferramenta importante na questão da geopolítica internacional e um meio de protagonizar as ações no SI, diante de diversos olhares atentos para a região com os mais distintos objetivos e interesses. É relevante ressaltar, entretanto, que as transformações no mercado internacional e a enorme globalização não tornam o valor simbólico da região e dos povos locais diminuídos. Sem dúvidas, a Amazônia é muito mais que floresta e recursos estratégicos e naturais, mas também é a população indígena e ribeirinha e abrange as questões culturais e históricas.

4.3 - A União das Nações Sul Americanas (UNASUL)

A União das Nações Sul-Americanas foi formalmente concebida em oito de dezembro de 2004, por ocasião da Terceira Cúpula dos Presidentes da América do Sul. Ocasão essa em que representantes de 12 países da região assinaram a declaração de Cusco, que foi um documento preliminar que declarava sua criação e principais ideias da chamada Comunidade Sul Americana de nações.

Esse bloco geopolítico é o único da região sul americana que agrupa a maioria dos países da região. É, por conseguinte, um dos mais importantes no cenário internacional, no que diz respeito à população, ao território, ao volume social e em termos de produtos primários. Essas alianças, então, de blocos evitam que os países sejam “absorvidos como meras periferias de outros grandes blocos, sem direito a uma participação efetiva na condução dos destinos económicos e políticos desses blocos, que são definidos pelos países que estão no seu centro”. (GUIMARÃES, 2007, p.171).

Dada esta diversidade política, social, cultural e geográfica e antes do fim da polaridade global, no período da Guerra Fria, quando a América do Sul ficou a parte com os EUA, colocando os países do subcontinente menos conflituoso do mundo, e dessa maneira, percebeu-se que era necessária uma aproximação entre os vizinhos do sul. Nessa direção, as tentativas de integracionistas duplicaram. Tais iniciativas incluem o Mercosul, em 1991, e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008, com mais representatividade naquela época.

4.4 - A questão política da América do Sul no Século XXI

A discussão do campo político se concentrará mais no Brasil em sua política internacional, buscando principalmente uma base para a formulação de leis comuns dos países da UNASUL, a consolidação do bloco econômico no período proposto no presente trabalho e o que nos interessa na maioria dessa pesquisa, concentra-se nos países amazônicos. Este estudo também tem como objetivo analisar equívocos estratégicos, conflitos internacionais, acordos bilaterais e obstáculos que devem ser resolvidos.

Um dos problemas que impede o surgimento de países da UNASUL é a abertura política dos Estados para debater em condições equitativas. O mesmo se aplica ao caso do

Parlamento transnacional da entidade. CAN e o MERCOSUL construíram plataformas de diálogo limitadas aos seus blocos, sendo administradas diretamente e sujeitas aos seus governos e com interesses próprios, enquanto a nova plataforma política da UNASUL exige a descentralização do poder, no sentido de que os Estados abandonam parte das suas responsabilidades, o que é de muita hesitação da maioria dos governos do subcontinente, pois não é uma discussão recente:

[...] a União Europeia envolve a delegação de soberanias: os Estados abrem mão de parte de suas atribuições, deslocando-a para organismos internacionais. Já o MERCOSUL equivale a um tratado limitado aos marcos tradicionais da soberania nacional: as decisões são tomadas pelos chefes de Estado ou por grupos de trabalho indicados pelos governos. Assim o MERCOSUL não tem, no momento, a pretensão de formar uma comunidade de nações, mas apenas de constituir um mercado comum (MAGNOLI & ARAÚJO, 1995, p. 29)

Inicialmente, tanto CAN como o MERCOSUL construíram este isolamento para o comércio externo, mesmo a nível subcontinental, para fortalecer os seus mercados internos alargados e instalações industriais para uma maior competitividade na cena global. No entanto, estes obstáculos transformaram-se em medidas de apoio a alguns setores econômicos, que aproveitaram estas sanções para criar adaptação na esfera produtiva. Hoje, algumas destas indústrias estão a pressionar os governos locais para manter estas barreiras porque temem que os seus parques industriais sejam desmantelados, no caso de abrirem. Independentemente das políticas que cada país adotou antes do neodesenvolvimentismo, constatamos que algumas empresas avançaram mais do que outras e que o comércio livre seria a sentença final para aquelas que não acompanharam o ritmo.

Num argumento econômico simplista, podemos notar um superávit na balança comercial brasileira em relação Argentina, um sinal claro da desvantagem comercial de Buenos Aires, em termos de produtos vendidos. Enquanto Argentina exporta grandes quantidades de trigo, vinho e outros produtos manufaturados primários ou de baixa tecnologia para o Brasil, na direção oposta, temos produtos industriais como automóveis e eletrodomésticos (fogões, máquinas de lavar e geladeiras) e similares, que criaram uma diferença positiva para o Brasil. No entanto, olhamos um crescimento médio do PIB argentino de 7,5 % durante o período do estudo, o que seria muito maior se ignorarmos 2009, quando a economia Argentina cresceu apenas 0,9 %, enquanto a média do Brasil se manteve em 4 %.

Porém, as exportações do Paraguai e do Uruguai, que também são membros do MERCOSUL, sofreram no nível regional, justamente por causa do foro privilegiado criado

entre os dois maiores países do grupo. A falta de coesão política causou dissensões entre os países do Mercosul e o projeto de união aduaneira foi bloqueado.

Enquanto Argentina e Brasil se esforçam para abastecer o mercado sul-americano como grandes produtores industriais, sem competir diretamente com a China e os países desenvolvidos, vemos o Paraguai na estrutura cristalizada da composição agrícola, sem levar em conta o progresso dos produtores argentinos e brasileiros. O Uruguai segue um caminho diferente, o que se deve ao grande potencial turístico que desenvolveu e à estrutura de paraíso fiscal válida até 2008. O protagonismo Argentina no setor industrial também é artificial se analisarmos os limites protecionistas acordados com o Brasil e o fato de que sem eles provavelmente haveria uma grande queda na economia neste setor no país. Nenhum destes impasses foi superado ou mesmo acordado para futuros projetos do MERCOSUL e, dessa forma, o bloco não consegue atingir os suas aspirações.

A constituição de um grande bloco econômico regional passou por conflitos de interesses presentes em modelos anteriores presentes na América do Sul. Nessa direção, barreiras comerciais entre os seus membros, principalmente no caso da Argentina e do Brasil com a falta de coordenação para negociar com outros países. Cada um desses membros seguem modelos com uma orientação política diferente, dificultando o acordo sobre a elaboração de regras comuns, dificultando o desenvolvimento da UNASUL.

Nessa linha de pensamento, especialmente em relação à questão amazônica e à construção de identidades regionais, encontramos a análise: de:

Dessa forma, as negociações na busca de soluções políticas para tais problemas não dizem respeito apenas aos limites político-administrativos locais ou nacionais. Requerem definições, negociações e encaminhamento de soluções multilaterais, por intermédio de instituições políticas globais (SCHERER-WARREN, 1999, p. 40)

“Globais”, nesse caso, são as instituições nas quais os países da UNASUL estão envolvidos, particularmente aqueles da região amazônica. Considerando que um dos obstáculos ao progresso da UNASUL é a constituição de um parlamento plurinacional, em pode-se dar como exemplo do caso do MERCOSUL, analisado nas obras de Mariano (2002), quando o crescimento conceitual desejado pelos membros, passando de um programa funcional que combinasse os dois blocos econômicos mencionados e seu desenvolvimento como lógica de mercado de união aduaneira, funciona como uma união de apoio para uma tentativa de integração política e econômica de toda a região, provando uma distância ideológica e a dificuldade de chegar a um consenso entre países. O debate sobre a formação do bloco regional começou em 1995, com a reunião dos representantes da CAN e do

MERCOSUL, e só se consolidou em dezembro de 2004, com a assinatura da declaração de Cuzco.

A pressão internacional sobre a Amazônia dificulta ainda mais a criação de políticas comuns, assim como a falta de investimento em projetos sustentáveis e a melhoria das condições de vida das populações da região afetadas por grandes projetos de obras. Não obstante da existência, desde 1998, da OTCA, organização multilateral para o desenvolvimento e proteção da Amazônia, sobretudo com o seu baixo orçamento, o que demonstra o interesse limitado dos governos da região, torna-a um órgão insignificante e sem capacidade de articulação internacional.

CONCLUSÃO

No início do trabalho foram levantadas algumas questões acerca das capacidades de recursos minerais, recursos hídricos e de biodiversidade que a floresta amazônica detém, analisando em torno dessas questões a geopolítica da Amazônia brasileira. Para isso, foi apresentados tipos de recursos que podem ser encontrados na região, bem como eventos que ocorreram ao longo desses dois séculos estudados e que envolveram a soberania nacional. Além disso, foi investigado também como se dá a geopolítica na região, desde o estabelecimento das fronteiras, que hoje delimitam a Amazônia brasileira, até as questões de impactos ambientais que ocorrem na região e que estão no foco do mundo. Por fim, recorreremos a um olhar atento para as teorias das Relações Internacionais pelas perspectivas realistas, neoliberal e construtivista, de forma a dar uma referência teórica para facilitar a percepção das razões que levam ou não a cooperação entre os Estados.

No desenvolvimento do estudo, puderam-se perceber duas questões antagônicas que tornam a região amazônica uma complexa situação a ser solucionada pelo governo brasileiro. De um lado, a ocupação da Amazônia através de projetos de integração e colonização da região, iniciado principalmente a partir da década de 1970 e representou um fator preponderante para reafirmar a soberania nacional na região e de outro lado a preservação da floresta que se faz necessária para o clima no Brasil e no mundo, sendo uma questão que ganhou grande enfoque a partir da década de 1990. Esse antagonismo se intensifica, sobretudo, pelo fato de ambas as questões serem importantes para a região e para o Brasil. Segundo Bertha Becker, a Amazônia é um exemplo vivo da nova geopolítica mundial, já que nela se encontram todos os elementos que influenciam diretamente nessa geopolítica, que são elementos como agentes sociais organizados, organizações religiosas e corporações, que acima e abaixo do Estado possuem sua própria geopolítica. Dessa forma, a região amazônica se tornou uma região conflituosa, que envolve uma complexidade de interesses, tanto dos novos elementos da geopolítica, quanto das grandes potências. Esses conflitos de interesses acabam contribuindo para a modelagem de imagens obsoletas da região, o que prejudica o estabelecimento de políticas públicas na área, que contribuam para o seu progresso.

Percebe-se, ademais, que essa região ainda possui uma baixa densidade demográfica e que sua integração ocorre basicamente pelos rios e, dessa forma, existem inúmeras comunidades na região em que o Estado só consegue chegar até elas, com os principais serviços essenciais, através das Forças Armadas, que é o que garante a presença do Estado brasileiro na região. Dessa maneira, é de extrema importância o desenvolvimento de um projeto que integrasse a região por completo, por algum tipo de modal de transporte terrestre, já que as grandes sinuosidades da maioria dos rios da região fazem com que o deslocamento de pequenos trechos possa durar dias. Com isso, a narrativa sobre a questão ambiental na Amazônia acaba possuindo um impacto potencial sobre a soberania nacional, pois ela freia a integração da região. Paradoxalmente ao grande alarde que é feito em relação à problemática ambiental na Amazônia, na primeira década do século XXI o Brasil foi considerado o país que mais reservou terras para área de proteção ambiental no mundo.

Mesmo assim, não se pode desprezar que na região amazônica continua tendo muitos problemas de impactos ambientais que não estão associados ao desenvolvimento da região, mas sim a atividades criminosas de inúmeras tipologias. Como já foi abordado no trabalho, em determinadas áreas acabam ocorrendo crimes de queimadas para expansão da atividade agropecuária ou até mesmo para exploração de grileiros e posseiros. Outro crime que acaba afetando a floresta amazônica é a garimpagem ilegal, principalmente a que ocorre no Rio Madeira, em que as dragas de garimpo despejam mercúrio diretamente no rio. Além disso, a biopirataria na região amazônica continua sendo uma grande problema que acaba gerando prejuízos indiretos na economia e na cultura da região, principalmente pela exploração da biodiversidade da floresta e pela patente de seus recursos por outros países. Assim, “empresas internacionais e ONGs se aproveitam da falta de povoamento, carência de um marco legal e regulatório, fronteiras inóspitas e da amplitude geográfica do bioma para realizar a exploração da biodiversidade da região, engendrando retaliações de normas legais e da segurança jurídica dos Estados nacionais, assim como de movimentos sociais e indígenas” (SENHORAS, 2009).

Dessa maneira, é de grande importância a exploração sustentável da floresta amazônica, tendo em vista que tal exploração traria não só um retorno econômico para a região, mas também contribuiria para o fortalecimento da soberania nacional na região. Segundo Magalhães, para o estabelecimento de uma política sustentável é necessário que se tenha informações detalhadas e corretas sobre os recursos disponíveis. Dessa forma, surge a necessidade de coleções biológicas cada vez mais completas, que serviria como fonte de informação sobre a biodiversidade da região. É a partir dessa ideia que se alavanca a

exploração sustentável, pois a partir desse tipo de fonte de informação que será conduzida o manejo e utilização da biodiversidade.

Por fim, a cooperação internacional na Amazônia é uma questão crucial para preservar este ecossistema único e importante para o planeta. A região amazônica abrange muitos países e, portanto, requer esforços concentrados para enfrentar os desafios ambientais, sociais e econômicos que surgem. Num cenário onde as mudanças climáticas, o desmatamento e a perda de biodiversidade são ameaças globais, a Amazônia desempenha um papel essencial na estabilidade e conservação do clima. A sua importância transcende as fronteiras nacionais e requer uma abordagem integrada e coordenada por parte das nações envolvidas.

A cooperação internacional na Amazônia deve basear-se no respeito recíproco, na compreensão das diferenças e nos interesses usuais para garantir a sustentabilidade e a proteção deste patrimônio natural. A troca de conhecimento, tecnologia e financiamento entre países é essencial para garantir a conservação eficaz e o desenvolvimento sustentável. Além disso, é essencial que os governos, as organizações internacionais e a sociedade civil se esforcem por um diálogo aberto e transparente, a fim de desenvolver estratégias conjuntas que satisfaçam os interesses de todas as partes envolvidas, promovam o bem-estar das comunidades locais e o equilíbrio ambiental.

Preservar a Amazônia, portanto, é uma responsabilidade compartilhada que transcende fronteiras políticas e econômicas. Somente uma cooperação interestatal forte e empenhada garantirá um futuro sustentável para esta região, que é tão vital para a humanidade e para o ambiente global. Por conseguinte, a Cooperação Internacional na Amazônia deve ser uma prioridade para todos os países interessados, em favor da proteção deste tesouro natural para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. “Programa de Integração Nacional”. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Acessado em 26 de abril de 2023.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p.71-86, jan./abr. 2005.
- BEZERRA, Joana; FUNARI, Pedro Paulo; KUYPER, Thomas W. Solos Amazônicos: suas representações e seus contextos históricos. *Revista de História da Arte e da Cultura*, n. 23, p. 25-47, 2015.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 11. ed., v.1, 1998.
- CECEÑA, Ana Esther; PORRAS, Paulo. Los metales como elementos de superioridad estratégica. In: CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés (Org.). *Producción estratégica y hegemonía mundial*. Cidade do México: Siglo Ventiuno Editores, 1995.
- COSTA, Darc (org.). América do Sul: integração e infraestrutura. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011. ‘Integrar é desenvolver a América do Sul’ In: *Integração da América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2010
- COSTA, D. A. L. Um Discurso de Estratégia Nacional: a cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia de Produção), UFRJ, 1999.
- DE BARROS, Felipe Garcia. O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE TRAVASSOS, GOLBERY E MEIRA MATTOS PARA A AMAZONIA. *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS*, v. 13, n. 25, 2021. (DE BARROS, 2021).
- DA FONSECA, ANDRÉ AUGUSTO. RORAIMA COMO UMA DAS GUIANAS: o vale do Rio Branco e a “Ilha da Guiana”. *Outros Tempos—Pesquisa em Foco-História*, v. 12, n. 20, 2015.
- DA SILVA, Iatiçara Oliveira et al. Breve retrospectiva das estratégias geopolíticas de incorporação territorial da Amazônia brasileira. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, 2012.
- DOURADO JÚNIOR, Octavio Cascaes *et al.* Gestão de recursos hídricos nos países da Bacia Amazônica: conflitos legislativos. 2011.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 2004.

FEARNSIDE, Philip Martin et al. Recursos madeireiros na Amazônia brasileira: Impactos e sustentabilidade da exploração. Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos (GEEA) Tomo, v. 3, 2010.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. Megadiversidade, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2020.

GONÇALVES, Verônica Korber *et al.* AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI: Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre: UFRGS/FCE, 2022.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Biodiversidade da Amazônia: um novo eldorado?. Revista de Política Agrícola, 2002.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, 2006

<https://mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/> acessado em 25 de abril de 2023.

<https://amazon.org.br/pecuaria-na-amazonia-tendencias-e-implicacoes-para-a-conservacao-ambiental/>. Acessado em 28 de julho de 2023.

<https://agenciacenarium.com.br/desmatamento-na-amazonia-cresce-51-e-se-torna-o-pior-da-decada/>. Acessado em 29 de julho de 2023.

<https://brasil.mongabay.com/2020/10/degradacao-supera-desmatamento-na-amazonia/>. Acessado em 02 de agosto de 2023.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JAEGER, Bruna Coelho. INTEGRAÇÃO REGIONAL ATRAVÉS DO EIXO HIDROVIÁRIO SULAMERICANO: DESENVOLVIMENTO, SOBERANIA E INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais, 2015.

KEOHANE, Robert O. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984 e 2005.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. São Paulo: Editora Vozes, 1994.

MARGULIS, Sérgio. Causas do desmatamento da Amazônia brasileira. Brasília: Estação Gráfica, 2003.

MEARSHEIMER, John J. *The False Promise of International Institutions*. International Security, Winter 1994-1995, (Vol. 19, No. 3), p. 5-49.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da natureza no Brasil e nos EUA. 2012.
MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MORGADO, Andréa Vaz; PORTUGAL, Licínio da Silva; MELLO, Andréa Justino Ribeiro. Acessibilidade na Região Amazônica através do transporte hidroviário. *Journal of Transport Literature*, 2013.

PONTES, Carlos José Farias. O primeiro ciclo da borracha no Acre: da formação dos seringais ao grande colapso. *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*, 2014.

PONTES, Carlos José Farias. A GUERRA NO INFERNO VERDE: Segundo Ciclo da borracha, o front da Amazônia e os Soldados da Borracha. *South American journal of basic education, technical and technological*, 2015.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. Hidropolítica e segurança: as bacias platina e amazônica em perspectiva comparada. 2011.

REZENDE, Lucas Pereira. – Sobe e Desce! Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul: uma teoria realista ofensiva. 2013. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. A QUESTÃO GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2005. 540 p.

RODRIGUES, BERNARDO SALGADO. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos no século XXI. Rio de Janeiro, Brasil: UFRJ, 2015.

RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza – Guerra e Política nas Relações Internacionais. 2008. 415f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Capítulo 1 “A política dos pacificadores: as teorias das relações internacionais contra as marcas da guerra”.